

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM FILOSOFIA

SERGIO RICARDO ANTUNES DE SOUZA

**DISCURSO, SABER E VERDADE NA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT**

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES

SERGIO RICARDO ANTUNES DE SOUZA

**DISCURSO, SABER E VERDADE NA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT**

PORTO ALEGRE

2023

SERGIO RICARDO ANTUNES DE SOUZA

**DISCURSO, SABER E VERDADE NA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT**

Dissertação submetida à apreciação da  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre em Filosofia pela  
Escola de Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Norman Roland Madarasz

Porto Alegre

2023

SERGIO RICARDO ANTUNES DE SOUZA

Dissertação submetida à apreciação da  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre em Filosofia pela  
Escola de Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Norman Roland Madarasz - PUCRS

---

Prof. Dr. Agemir Bavaresco - PUCRS

---

Prof. Dr. Nuno Castanheira - UFPEL

Porto Alegre

2023

À minha família, núcleo de acolhimento, amor  
e inspiração. Em especial, à minha esposa  
Marília e ao meu filho Gabriel.

## **AGRADECIMENTOS**

Uma jornada, mesmo que individual, dificilmente acontece sem o apoio ou a colaboração de outras pessoas. Ao longo deste curso, várias foram aqueles ou aquelas, que anonimamente, de alguma maneira ou de outra, fizeram o seu melhor para que eu chegasse até aqui, tornando mais leve, interessante e maravilhosa a experiência do meu percurso. A estas pessoas amigas e altruístas, os meus sinceros agradecimentos.

Expresso, também, minha gratidão ao corpo docente da PUCRS, professoras e professores abnegados, que durante a situação de excepcionalidade trazida pela pandemia de COVID-19, que afetou tragicamente (e ainda afeta) a vida de milhões de seres humanos, se propuseram a atenuar, na medida de suas possibilidades, os efeitos de ordem emocional produzidos pela doença, mesmo nos momentos mais agudos em que estes se manifestaram. Para além do esforço notório que demonstraram para manter a qualidade do conteúdo das aulas não presenciais, jamais deixarem de compreender as dificuldades que este triste evento trouxe para seus alunos e alunas, ainda que pudessem ser as mesmas que as suas. Estendo este agradecimento aos funcionários do corpo administrativo da PUCRS, em especial, aos integrantes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, pessoas atenciosas, de elevado compromisso profissional e sempre dispostas a auxiliar.

Ao Prof. Dr. Norman Roland Madarasz, meu orientador, agradeço a inabalável confiança na minha intuição de pesquisa e o incentivo permanente ao estudo da Filosofia Francesa Contemporânea. Suas palavras, sempre gentis e assertivas, me deram segurança para prosseguir nesta jornada, tornando-a mais interessante e agradável, além de, filosoficamente, mais instigante.

Ao Prof. Dr. Agemir Bavaresco, sou grato pela oportunidade de ter aprendido outras possibilidades de estudar e de compreender textos filosóficos complexos, geralmente inacessíveis sem o compartilhamento de boas técnicas de leitura, como fazem os bons professores. E, em especial, por ter prontamente aceitado participar da banca de avaliação, colaborando, sobremaneira, no incremento da qualidade técnica deste trabalho.

Ao professor Nuno Castanheira, minha sincera gratidão pelas críticas aos meus artigos durante o desenvolvimento do curso. Sempre muito bem fundamentadas, enriquecedoras, pormenorizadas e, fundamentalmente, muito

respeitosas. Não tenho como deixar de agradecer seu ato gentil de aceitar avaliar este trabalho e suas valiosas contribuições para melhorá-lo.

## RESUMO

Na França, ao longo da década de 1960, o filósofo Michel Foucault (1926-1984) apresenta e propõe um novo método de análise histórica, o qual denomina de *arqueologia*. Sua alternativa procura se distanciar da epistemologia histórica ao mesmo tempo em que delimita a regionalidade de sua exploração: o território das positivities em que emergem os discursos. A arqueologia de Foucault surge como uma forte contraposição crítica ao tipo de análise efetuada pela história tradicional, diferenciando-se daquela por explorar o conceito de descontinuidade, em vez de ignorá-lo, e por rejeitar a ideia de linearidade ou de continuísmo na história. Neste contexto, o problema que mobiliza nosso trabalho visa responder: *Qual é o estatuto da verdade na arqueologia de Foucault?* Para fins de delimitação bibliográfica, fazemos um recorte que abrange as obras comumente agrupadas no período arqueológico, mais especificamente, na fase em que Foucault escreve a *História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *A Arqueologia do Saber*. Com esta estratégia metodológica traçamos os limites de nossa pesquisa, sem, entretanto, negligenciar outros textos de Foucault, especialmente, aqueles que registram as famosas aulas que ministrou no Collège de France. Estas são as fontes primárias que utilizamos para evidenciar que Foucault utiliza sua arqueologia como um potente instrumento de análise crítica, especialmente, quando descreve os discursos que se formam e se transformam, sob a grade de um saber subjacente, a *epistémê*, ou quando explora a relação entre modos de subjetivação, saber, poder e verdade. Por este viés, no contexto da Renascença, da idade clássica e da modernidade, analisamos a relação de alguns destes saberes com determinados acontecimentos historicamente situados e suas implicações com a produção da verdade. Verdade e saberes que não surgem como o resultado da interveniência de uma razão que se movimenta de forma consciente em direção a um progresso no interior da história que ela mesma constitui, mas, sobretudo, como o efeito de contingências (que envolvem disputas e estratégias), que não cessam de influenciar e de modificar o campo epistemológico de cada época e, fundamentalmente, o modo de ser do próprio sujeito que nela é constituído. Esta é a hipótese que pretendemos demonstrar. Para tanto, definimos, como objetivo geral, descrever o discurso, o saber e a verdade em Foucault a partir de seu método *arqueológico*. Em complemento, como objetivos específicos, almejamos (a) analisar a estrutura do discurso foucaultiano; (b) definir o método arqueológico de Foucault; e, por fim, (c) descrever o saber em Foucault e sua relação com a verdade. Esperamos, ao final, poder identificar e definir a verdade no discurso foucaultiano, além de destacar a urgência que há em se entender a arqueologia do filósofo, posto que seu pensamento se apresenta como uma alternativa viável para a compreensão crítica de nosso presente.

**Palavras-chave:** Arqueologia. Discurso. História. Método. Saber. Verdade.

## ABSTRACT

In France, throughout the 1960s, the philosopher Michel Foucault (1926-1984) presents and proposes a new method of historical analysis, which he calls archaeology. His alternative seeks to distance itself from historical epistemology while delimiting the regionality of its exploration: the territory of positivities in which discourses emerge. Foucault's archaeology emerges as a strong critical counterposition to the type of analysis carried out by traditional history, differing from it by exploring the concept of discontinuity, rather than ignoring it, and by rejecting the idea of linearity or continuism in history. In this context, the problem that mobilizes our work aims to answer: What is the status of truth in Foucault's archaeology? For bibliographical delimitation purposes, we make a cut that covers the works commonly grouped in the archaeological period, more specifically, in the phase in which Foucault writes *Madness and Civilization*, *The Birth of the Clinic*, *The Order of Things*, and *The Archaeology of Knowledge*. With this methodological strategy, we delineate the limits of our research, without neglecting other texts by Foucault, especially those that record the famous lectures he gave at the Collège de France. These are the primary sources we use to show that Foucault uses his archaeology as a powerful instrument of critical analysis, especially when he describes the discourses that form and transform under the grid of an underlying knowledge, the *epistémê*, or when he explores the relationship between modes of subjectification, knowledge, power, and truth. Through this lens, in the context of the Renaissance, the classical age, and modernity, we analyze the relationship of some of these knowledges with certain historically situated events and their implications to produce truth. Truth and knowledges do not arise as the result of the intervention of a reason that moves consciously towards progress within the history that it itself constitutes, but rather as the effect of contingencies (involving disputes and strategies) that never cease to influence and modify the epistemological field of each epoch and fundamentally the mode of being of the subject itself that is constituted in it. This is the hypothesis we intend to demonstrate. To do so, we define, as a general objective, to describe discourse, knowledge, and truth in Foucault based on his archaeological method. In addition, as specific objectives, we aim to (a) analyze the structure of Foucault's discourse; (b) define Foucault's archaeological method; and finally, (c) describe knowledge in Foucault and its relationship with truth. We hope, in the end, to be able to identify and define truth in Foucault's discourse, as well as to highlight the urgency of understanding the philosopher's archaeology, since his thinking presents itself as a viable alternative for a critical understanding of our present.

**Keywords:** Archaeology. Discourse. History. Method. Knowledge. Truth.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: A ESTRUTURA DO DISCURSO</b> .....	<b>14</b>
1.1 O ENUNCIADO.....	15
1.2 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	20
1.3 OS ELEMENTOS DO DISCURSO .....	26
<b>1.3.1 Os Objetos</b> .....	<b>27</b>
<b>1.3.2 As Modalidades Enunciativas</b> .....	<b>32</b>
<b>1.3.3 Os Conceitos</b> .....	<b>35</b>
<b>1.3.4 Estratégias temáticas</b> .....	<b>40</b>
<b>Capítulo 2: A DESCRIÇÃO ARQUEOLÓGICA</b> .....	<b>43</b>
2.1 CRÍTICA À HISTÓRIA DAS IDEIAS .....	48
2.2 A ARQUEOLOGIA COMO MÉTODO .....	53
2.3 AS “ARQUEOLOGIAS” DE FOUCAULT.....	55
<b>2.3.1 Uma arqueologia da loucura</b> .....	<b>56</b>
<b>2.3.2 Uma arqueologia da medicina</b> .....	<b>64</b>
<b>2.3.3 Uma arqueologia das ciências humanas</b> .....	<b>71</b>
<b>Capítulo 3: SABER E VERDADE</b> .....	<b>75</b>
3.1 O <i>A PRIORI</i> HISTÓRICO.....	78
3.2 O CAMPO DO SABER.....	81
3.3 DISCURSO, SABER, CIÊNCIA E VERDADE.....	87
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa responder a seguinte questão: *Qual é o estatuto da verdade na arqueologia de Foucault?*. Em complemento, tenta especificar a natureza de sua relação e a influência que pode exercer na formação do saber circunscrito pelo discurso foucaultiano. Como questão de fundo, buscamos compreender o papel que o método de análise, proposto por Foucault, desempenha na descrição dos conceitos que mobiliza para dar conta de explicar sua filosofia do discurso ou do *acontecimento*. Nestes termos, uma vez delimitada a temática e formulado o problema, definimos as bases para o desenvolvimento deste projeto. Assim, como objetivo geral da pesquisa, propomo-nos a descrever o discurso, o saber e a verdade em Foucault a partir de seu método *arqueológico*. Como objetivos específicos, almejamos: (a) analisar a estrutura do discurso foucaultiano; (b) definir o método arqueológico de Foucault; e, por fim, (c) descrever o saber em Foucault e sua relação com a verdade.

O detalhamento metodológico nos é útil para especificar o *corpus* da pesquisa, além de permitir circunscrevê-lo com maior precisão no interior da obra do filósofo. Pelo menos, é o que esperamos demonstrar, na medida que os esforços investigativos se concentram em torno do período em que o pensamento de Foucault é usualmente definido como arqueológico. Neste sentido, como ponto de partida para melhor atingir os objetivos deste trabalho, elegemos *A Arqueologia do Saber* como a principal fonte bibliográfica de nossa exploração. Isto não significa que tenham sido excluídos os principais livros escritos pelo autor nos anos de 1960, em especial, *As Palavras e as Coisas*. A respeito deste livro, salientamos que sua leitura se impõe como imprescindível para o trabalho (ou pelo menos, inevitável), embora não se trate, evidentemente, de um empreendimento corriqueiro ou de imediata compreensão. Por este motivo, também nos apoiamos em vários outros textos que compõem o extenso conjunto das aulas ministradas por Foucault na cadeira de *História dos Sistemas de Pensamento*, no Collège de France, entre os anos de 1970 até o ano de 1984, ano de seu prematuro falecimento.

Com este breve contexto temos a expectativa de dar visibilidade à extensão do desafio que nos impusemos. Neste aspecto, para tentar dar conta de transpô-lo de forma minimamente satisfatória, optamos por organizar as ideias nucleares que dão

sustentação ao desenvolvimento deste trabalho em três capítulos. No primeiro, pretendemos enfatizar o *enunciado*, às *formações discursivas* e os *elementos* constitutivos do discurso. O objetivo é nos familiarizarmos com a multiplicidade de conceitos sugeridos por Foucault e a função que lhes confere no interior de sua *teoria* (antecipamos que em Foucault este conceito não tem o mesmo sentido ou o rigor do uso forte do termo). Como estratégia metodológica, optamos por discorrer sobre o núcleo em torno do qual se articula o discurso foucaultiano, ou melhor, sobre aquilo que o filósofo considera como a fração mais elementar da *prática discursiva*, o enunciado. Imaginamos que este movimento nos ajude a transitar entre as formações discursivas e analisar os critérios que podem explicar as relações que existem entre os próprios enunciados, principalmente, a maneira pela qual tais relações podem determinar, ou influenciar, os critérios que permitem individualizar os enunciados na *superfície* do discurso atribuindo-lhes um caráter de unidade. Em complemento, tentaremos explicar o modo como Foucault descreve o *sistema de formação* dos elementos do discurso guiando-se pelo fenômeno da *descontinuidade*, investigado e amplamente descrito pelo filósofo de Poitiers.

No capítulo seguinte, apresentaremos um sumário histórico-temático da obra de Foucault. O nosso objetivo é contextualizar o período e a “identidade” do pensamento filosófico do francês quando ele escreve *A Arqueologia do Saber*. Embora seja importante para a compreensão geral de seu pensamento, esta categorização não deixa de se contrapor, em alguma medida, à própria maneira de pensar do filósofo (nada mais anti-foucaultiano que tentar fixar o seu pensamento em torno de um tipo específico de filosofia ou critério temático). A intenção que ordena esta parte do trabalho dirige-se a evidenciar o posicionamento crítico de Foucault perante a história das ideias, em especial, ao tipo de método de análise que ela utiliza. Desejamos, com isto, expor a crítica central do filósofo ao método de análise histórica tradicional, principalmente, no que se refere à sua velha prática de suprimir as *rupturas*, os cortes e as *dispersões* em benefício de uma pseudo linearidade, ou de uma falsa unidade, que se organizaria em torno de uma intervenção obscura de uma subjetividade fundante ou de uma ideia de progresso. Na sequência, abordaremos o método arqueológico proposto por Foucault e as peculiaridades que o implicam, as quais serão exploradas, principalmente, a partir da perspectiva oferecida pela *A Arqueologia*

*do Saber*. Método que, como sabemos, já havia sido utilizado na *História da Loucura na Idade Clássica* e em *O Nascimento da Clínica*.

Reservamos o último capítulo para responder à pergunta formulada no problema de pesquisa. Para tanto, propomos, preliminarmente, entender e contextualizar o uso do conceito de *a priori histórico* de Foucault. Este conceito servirá para explicarmos as possibilidades históricas que permitem a emergência do enunciado e sua condição de *acontecimento*. Em adição, adentraremos no domínio do saber foucaultiano para explorar o campo investigativo que o filósofo francês define como *solo* ou *território de positivities*. Neste trajeto, a ênfase será deslocada para o papel que a prática discursiva representa no saber de Foucault e para a importância que sua arqueologia adquire enquanto procedimento de análise histórico-descritiva da própria noção de verdade, além da função que ela pode desempenhar no interior do discurso. Destacaremos, ainda, o limite das “fronteiras” que dividem a arqueologia da história das ideias. A partir disto, esperamos ter condições para examinar os domínios de cientificidade e os territórios arqueológicos explorados pelo filósofo. Neste duplo movimento visamos analisar a relação entre ciência e saber sugerida por Foucault, e, particularmente, diferenciar aquilo que se pode indicar como o papel da verdade no discurso científico e no discurso foucaultiano. Esperamos assim, compreender, ainda que de forma aproximada, a relação complexa que existe entre a prática discursiva, o saber e a verdade no pensamento de Foucault.

## Capítulo 1: A ESTRUTURA DO DISCURSO

Podemos dizer, em linhas gerais, que a pesquisa empreendida em *A Arqueologia do Saber* descreve de uma maneira muito própria o modo como Michel Foucault compreende o discurso. Especialmente, pelo fato de o definir a partir de uma prática, cuja unidade pode ser especificada pela regularidade de certos os elementos que o integram e pelo conjunto das regras que os formam. Em outras palavras, o livro pode ser recepcionado como um discurso que apresenta uma “reflexão sobre o discurso”<sup>1</sup> ou ainda, a proposição de uma filosofia do discurso enquanto *acontecimento*<sup>2</sup>.

No detalhamento de sua ação exploratória, o filósofo de Poitiers tem por escopo colocar em evidência, e não menos sob suspeição, o tipo de análise histórica tradicionalmente utilizado no ocidente conhecido por história das ideias. Mas, não se limita a elaborar um conteúdo meramente crítico, procura ser também, e, principalmente, propositivo. Por isto, sugere como alternativa ao procedimento utilizado pela história das ideias um novo método de análise histórica: a *arqueologia*<sup>3</sup>. Um tipo de descrição crítica que já havia apresentado em três livros importantes: na *História da Loucura na Idade Clássica*, em *O Nascimento da Clínica*<sup>4</sup> e, em *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*.

Imbricada na proposição de Foucault, há sua intenção de desenvolver uma teoria<sup>5</sup> que fundamente o uso de seu novo método de análise histórica, cuja finalidade é descrever as *práticas discursivas* pelos quais se interessa investigar. Assim, com um estilo de escrita erudito, por vezes, complexo, Foucault se dispõe a explicar os critérios pelos quais entende que as *formações discursivas* podem ser: (a) individualizadas e isoladas em conjuntos plenamente observáveis; (b) circunscritas

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel et. al. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 9.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 57-58. Em sua aula inaugural, no *Collège de France*, Foucault sugere aos seus alunos que a noção de *acontecimento* deve se constituir em o objeto de uma filosofia específica.

<sup>3</sup> Trataremos com mais profundidade da análise arqueológica e suas peculiaridades no Capítulo 3.

<sup>4</sup> Na França foi publicado sob o título de *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical*, em 1963.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 17. Na entrevista que concede a S.P.R., Foucault diz que não considera sua arqueologia uma teoria ou uma metodologia. Pelo menos, não estritamente ou no sentido e rigor que os termos exigem.

em certos campos ou níveis de saber; e, especialmente, (c) identificadas a partir da definição das possíveis regras que formam e permitem o aparecimento de seus elementos.

Não há dúvida de que a descrição histórica proposta por Foucault opera um importante deslocamento em relação à análise tradicional, uma vez que se orienta por outros princípios teóricos e metodológicos. Podemos destacar os mais evidentes: em vez dos longos (e linearmente distribuídos) períodos históricos, dá ênfase às *rupturas*<sup>6</sup> e as contingências materiais as circunscrevem; em vez da ideia de continuidade dos acontecimentos e de uma possível teleologia, que os condicionaria a um propósito e mais remotamente a uma origem, dá primazia aos cortes, as séries e a aleatoriedade que marcam sua emergência. Talvez por isso, o *enunciado*, elemento mais fundamental da filosofia do discurso de Foucault, seja o ponto de partida mais adequado para compreendermos sua proposta filosófica.

### 1.1 O ENUNCIADO

Inicialmente, o enunciado nos é apresentado como a parte mais elementar do discurso. A menor parte constitutiva identificável em uma formação discursiva, indica Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Uma das principais características do enunciado, e que nos causa uma certa estranheza em um primeiro momento, é a de que ele não compartilha do mesmo gênero da frase. Isto significa dizer que, o enunciado, tal como pensa Foucault, prescinde da estrutura linguística da qual a frase é, necessariamente, dependente. Mas isso, por si só, não exclui uma certa relação de parentesco. Embora o filósofo não negue essa relação de vizinhança, o que pretende fazer é demarcar com a máxima precisão a diferença que há entre ambos. Seu critério de identificação parte do princípio de que não se deve admitir uma “equivalência total”<sup>7</sup> entre frase e enunciado, ainda que se constate essa relação de estreita

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 4. Foucault “herda” esse conceito da filosofia de Gaston Bachelard.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 104. Foucault dá vários exemplos de enunciados que não apresentam correspondência com frases. Em um deles, descreve a série de letras enumeradas de um manual de datilografia francês: A, Z, E, R, T, o equivalente ao nosso Q, W, E, R, T, Y. Neste caso, em específico, as letras indicam um conjunto de signos dispostos aleatoriamente (em relação a língua), sem relação de sintaxe ou semântica, posto que não desempenham a mesma função que caracteriza um vocábulo ou seu uso na linguística, não estando em conformidade, portanto, com a ordem das classes gramaticais. No entanto,

proximidade entre eles. A partir desta premissa, procura demonstrar que é plenamente possível deparar-se com enunciados que não sejam frases, ao mesmo tempo em que, no sentido oposto, isto não acontece. Assim, acompanhando o raciocínio de Foucault, pode-se concluir que toda frase é um enunciado, mas nem todo enunciado, necessariamente, é uma frase. Por isso, não é suficiente apenas dizer uma frase, ainda que a frase dita esteja “em uma relação determinada com um campo de objetos ou em uma relação determinada com um sujeito, para que haja enunciado -, para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente”.<sup>8</sup>

De um modo similar ao que foi abordado sobre a relação enunciado/frase, Foucault analisa a relação entre o enunciado e a proposição lógica. Se na comparação anterior o vínculo era marcado por uma proximidade, nessa, há uma exclusão total da possibilidade de intercâmbio entre os critérios que regem a formulação, ou mesmo a identidade, das proposições lógicas e as regras de formação dos enunciados. Ainda que, residualmente, permaneça uma certa equivalência lógica entre os termos. Para Foucault, essa incompatibilidade diferenciadora decorre fundamentalmente do valor de verdade que pode ser atribuído às proposições, diferentemente do que ocorre no caso dos enunciados. É essa inferência que o assegura a arguir que, embora seja possível encontrar-se uma equivalência lógica entre uma proposição e um enunciado, no nível dos enunciados tal equivalência não pode ser admitida, tampouco o potencial de permutabilidade entre os termos comparados.<sup>9</sup>

---

nem por isso tais signos deixam de fazer referência a algo (uma máquina de escrever ou mais recentemente, aos teclados de um computador) ou de enunciar um significado (disposição das teclas para facilitar a datilografia ou a digitação). Entendemos que o objetivo de Foucault aqui é apenas introduzir o caráter de materialidade e de acontecimento inerente ao enunciado, bem como, a condição de aleatoriedade de sua emergência sem condicioná-lo a uma análise meramente linguística, já que este não é o propósito de sua pesquisa. Assim, diferencia sua teoria do discurso de algo que possa ser relacionado a uma filosofia da linguagem. O que talvez possa gerar uma certa ambiguidade, é o fato de ao mesmo tempo em que busca caracterizar o enunciado no interior da linguagem, também procura promover seu distanciamento do domínio exclusivo da linguística, ou seja: argumenta que o enunciado não está subordinado as mesmas regras linguísticas, mas que, se delas faz uso, é por uma situação contingencial. Isto pode ser confirmado em um outro exemplo dado pelo filósofo: o de que um gráfico pode vir a ser um enunciado, sem que por isso, possa ser admitido como uma frase. Ao longo deste trabalho iremos explorar mais este conceito, com a expectativa de que ele possa ser melhor compreendido à medida que o relacionarmos com os outros elementos do discurso e com o papel que Foucault lhe atribui, o de *função enunciativa*.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 97-101. Fazemos referência aos exemplos apresentados pelo próprio Foucault: (1) “Ninguém ouviu” e (2) “é verdade que ninguém ouviu”, que apesar de logicamente serem equivalentes, podem enunciar significados distintos, a depender de onde apareçam. A primeira proposição é analisada no contexto da leitura de um romance, o que amplia suas possibilidades de compreensão.

Outro aspecto importante destacado pelo filósofo, é o fato de que quando se isola e identifica-se um conjunto de enunciados, isto não implica em uma correspondência direta com os *atos ilocutórios*<sup>10</sup>. Foucault está se referindo a um dos três princípios que fundamentam a Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida pelo filósofo britânico John L. Austin. Grosso modo, Austin defende que o uso linguagem não se limita ao registro ou a transmissão de informações, ou mesmo ao modo pelo qual descrevemos a realidade, mas, sobretudo, se constitui no meio pelo qual as pessoas realizam ações. Neste sentido, “a visão de Austin é sempre orientada pela consideração da linguagem a partir de seu uso, ou seja, da linguagem como forma de ação.”<sup>11</sup> Partindo desta tese, o britânico problematiza os sentidos em que “se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que ao dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo.”<sup>12</sup> Daí deriva sua diferenciação sobre os tipos de atos de fala. Primeiramente, “a esse ato de ‘dizer algo’ nesta acepção normal e completa” denomina de ato *locucionário*, “cujo estudo dos proferimentos desse tipo e alcance” chamará de estudo de locuções (Austin ainda o subdivide em ato fonético, fático e ato rético).<sup>13</sup> O segundo caso diz respeito ao exemplo trazido por Foucault, ou seja, o ato *ilocucionário*, cujo sentido vai contrapor-se ao anterior. Isto significa dizer que este tipo trata da “realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo”<sup>14</sup> (ex.: ordenar, informar, avisar, prometer, etc.). Por fim, o ato *perlocucionário*. É aquele que pode ser caracterizado quando se diz algo que “produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de

---

Pode ser entendida, por exemplo, no âmbito de “uma constatação feita pelo autor, seja por um personagem”, operando como uma espécie de enunciado testemunhal. A segunda, só pode ser considerada em relação a outros enunciados e opera sob a forma de análise comparativa, o que sugere, neste caso, que “constitui um monólogo interior, uma contestação consigo mesmo ou um fragmento de diálogo”.

<sup>10</sup> AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução de: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 85-101.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>13</sup> “O ato fonético consiste simplesmente na emissão de certos ruídos. O ato fático consiste no proferimento de certos vocábulos ou palavras, isto é, ruídos de determinado tipo considerados como pertencentes a um vocábulo e na medida em que a ele pertencem, de conformidade com uma certa gramática e na medida em que a esta se conformam. O ato rético consiste na realização do ato de utilizar tais vocábulos com certo sentido e referência mais ou menos definidos. Assim, ‘Ele disse: - ‘O gato está sobre o tapete’, relata um ato fático, ao passo que ‘Ele disse que o gato estava sobre o tapete’ registra um ato rético.” *Ibidem*, p. 85-86.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 89.

outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos”<sup>15</sup>. Ao longo livro, Foucault também usa a expressão *ato de linguagem* para se referir ao ato ilocutório ou ilocucionário. Conforme o filósofo, para “serem considerados em sua unidade singular, certos atos ilocutórios necessitam que vários enunciados sejam articulados, cada um no lugar que lhe convém”<sup>16</sup>. Ou seja, alguns atos de linguagem para que estejam perfeitamente integrados em sua própria unidade, dependem da inter-relação de vários enunciados para que possam construir esse vínculo de conjunto. Por essa razão, o ato ilocutório se mostraria mais limitado e, portanto, menos abrangente que o enunciado. Por consequência, uma vez que o ato de linguagem se revela hierarquicamente dependente da existência do enunciado, seria equivocado estabelecer-se uma relação de reciprocidade entre ambos.

Em resumo, poderíamos dizer que no primeiro caso (enunciado/frase), existe uma marca de familiaridade entre os termos da relação por conta dos signos e da estrutura linguística que compartilham. Ainda que isto garanta uma certa equivalência parcial, as regras distintas que demarcam cada um dos domínios preservam-lhes a singularidade. No segundo caso (enunciado/proposição lógica), mesmo que possa haver uma equivalência formal entre os termos, estes não permutam, nem do mesmo domínio, nem das mesmas regras de atribuição de sentido. Sobre o último caso (enunciado/ato de fala), a diferenciação se estabelece pela dependência estrutural que o segundo termo apresenta em relação ao primeiro, bem como, pela duração limitada dos efeitos dos atos ilocucionários, o que impediria qualquer relação de reciprocidade ou de equivalência.

Feitas essas considerações, podemos agora tentar expandir o significado que Foucault oferece sobre o conceito de enunciado, previamente definido como um “átomo do discurso”<sup>17</sup>. Nesse movimento de expansão conceitual, o filósofo amplia o grau de sua importância, dando-lhe o atributo de uma função: a *função enunciativa*. Como já vimos, as regras de formação dos enunciados, por extensão, da função enunciativa, devem ser dissociadas das regras estruturais da gramática, da lógica formal e daquelas que regem a formulação dos atos de linguagem. Porém, isto não

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 89-90.

<sup>16</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 101. Aqui, a intenção de Foucault parece ser a de reforçar a ideia de que, embora não se possa excluir o enunciado do interior da linguagem (nem esse é o seu propósito), não se pode limitá-lo ou reduzi-lo ao domínio exclusivo das regras linguísticas.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 96.

exclui que estejam vinculadas a um referencial, a um sujeito, a um domínio associado e a uma existência material.<sup>18</sup>

Com este alinhamento, o filósofo manifesta que o enunciado, enquanto função enunciativa, não se exterioriza em uma forma geral, neutra, livre, e muito menos, independente.<sup>19</sup> Ele integra, necessariamente, um conjunto de outros enunciados que, por sua vez, se inter-relacionam em rede, cujo vínculo de interdependência vai definir-se por regras bem específicas.

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola.<sup>20</sup>

A partir dessa descrição, sobressai-se a característica de visibilidade que Foucault confere ao enunciado, além de, também, antecipar-lhe a condição de historicidade que lhe é intrínseca. Mais especificamente, quando o faz emergir como um acontecimento de natureza singular que se articula rigorosamente com um conjunto de signos, “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.<sup>21</sup> Mas, se isto pode de fato ocorrer, é porque o enunciado possui uma condição de emergência que lhe exterioriza e torna possível sua demarcação.

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição* e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis.<sup>22</sup>

Por sua vez, é nesse “lugar determinado e vazio”<sup>23</sup> da superfície material que lhe dá visibilidade, que se funda o espaço que pode ser reivindicado pelo sujeito. E se

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 110-121.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 121.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 125-126.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 115.

esta possibilidade existe, é porque não está atrelada a um espaço exclusivo, fixado pela identidade ou intransitividade de alguém que, por meio de “uma proposição, uma frase, um conjunto de signos [que] podem ser considerados ‘enunciados’”<sup>24</sup>, os pôde formular. Consequentemente, não é “analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer)”<sup>25</sup> que corresponde ao ato descritivo de uma formulação enunciativa, mas sim, o procedimento que torna possível “determinar qual é a posição do sujeito que pode e deve ocupar todo o indivíduo para ser seu sujeito”<sup>26</sup>.

Considerando-se o que até agora foi apresentado, podemos inferir que o enunciado foucaultiano se revela como uma espécie de nó, um ponto específico de conexão, que se liga e interliga-se a outros enunciados no interior de uma rede “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”<sup>27</sup> e que são imprescindíveis para demarcar a unidade discursiva. Dito de outro modo, depreendemos que, para Foucault, um discurso só pode ser constituído enquanto tal e ter sua unidade delimitada, a partir de um procedimento de individualização de um conjunto de enunciados, o qual, por sua vez, dada a inerente materialidade e historicidade de cada um de seus elementos, emerge de um entrelaçamento que envolve relações complexas e regras específicas de formação. Isto posto, há questões que imediatamente se impõem fazer: (a) tentar estabelecer quais seriam essas relações; (b) buscar definir quais são as regras de formação a que estão submetidas; e, por último, (c) procurar compreender de que forma essas regras asseguram a unidade de um determinado conjunto de enunciados.

## 1.2 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Parece-nos evidente que Foucault tem a exata dimensão de que o conceito de enunciado, até então desenvolvido, não permite que se obtenha, pelo menos de imediato, uma apreensão fácil ou inequívoca de seu sentido ou da função que realiza no interior do discurso. Não apenas porque o enunciado é estranho às regras gramaticais (não pode ser reduzido a uma unidade linguística), mas, especialmente,

---

<sup>24</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 110.

porque a sua qualidade de função lhe faculta o livre trânsito entre as diferentes unidades que constituem as frases, as proposições e os atos de linguagem. O que implica em um certo efeito de superposição<sup>28</sup>, porém, sem prejuízo à sua identidade. Então, como seria possível diferenciar e descrever com precisão a função enunciativa no interior dessas unidades tão variadas que são atravessadas pelo enunciado? Foucault não nos deixa sem uma resposta. Para ele, o princípio a ser compreendido infere que

[...] essa função, em vez de dar um "sentido" a essas unidades, coloca-as em relação com um **campo de objetos**; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de **posições subjetivas** possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um **domínio** de coordenação e de coexistência; em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um **espaço** em que são consideradas, utilizadas e repetidas."<sup>29</sup>

Este argumento de Foucault reforça um deslocamento importante que ele mesmo já havia feito em sua própria concepção introdutória do enunciado. É relevante destacar que, a partir desse movimento, ele deixa de privilegiar o conceito que vincula o enunciado à simples condição de elemento atômico do discurso e amplia a descrição da sua funcionalidade articuladora, cuja autonomia operatória não o subordina a outro domínio que não seja o seu próprio "campo de exercício".<sup>30</sup> Nessa extensionalidade, Foucault atribui à função enunciativa o *status* de lugar e de condição mesma para o aparecimento das outras unidades, e não o contrário, independentemente de que possam ou não, pertencer ao campo gramatical ou ao domínio da lógica.

Para dar um contorno menos obscuro sobre estas relações que existem entre os enunciados e, demonstrar a forma como elas determinam as condições que permitem o seu agrupamento nas unidades perceptíveis do discurso, há necessidade de que todo um procedimento metodológico seja elaborado por Foucault. Com esse propósito, direciona estrategicamente sua pesquisa em torno de quatro hipóteses bem definidas, cujo alcance é delimitado pela análise das "grandes famílias de enunciados"<sup>31</sup>. Família de enunciados que, de acordo com o filósofo, por convenção ou pela força do hábito, têm sua unidade demarcada pelos nomes de *medicina*,

<sup>28</sup> Ibidem, p. 121. Foucault usa o termo "coexistência".

<sup>29</sup> Ibidem, p. 129, grifo nosso.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 45-46.

*economia ou gramática*. Quatro hipóteses, quatro empreendimentos analíticos que Foucault mobiliza na expectativa de demonstrar se é possível e, sendo esse o caso, como agrupar enunciados sob um mesmo e único critério de individualização.

A primeira hipótese considera a possibilidade de os enunciados serem agrupados em um conjunto quando “se referem a um único e mesmo objeto”.<sup>32</sup> O filósofo submete sua hipótese à prova quando tenta individualizar enunciados em torno do objeto “loucura”<sup>33</sup> e constata que isto é impraticável. Dentre os argumentos que justificam a inviabilidade de tal empreendimento, destaca que

[...] o objeto que é colocado como seu correlato pelos enunciados médicos dos séculos XVII ou XVIII não é idêntico ao objeto que se delineia através das sentenças jurídicas ou das medidas policiais; da mesma forma, todos os objetos do discurso psicopatológico foram modificados desde Pinel ou Esquirol até Bleuler: não se trata das mesmas doenças, não se trata dos mesmos loucos.<sup>34</sup>

O filósofo já havia realizado um extenso estudo sobre o tema da loucura em *História da Loucura na Idade Clássica*, publicado quase uma década antes de *A Arqueologia do Saber*. Naquele livro, ele evidencia e analisa com rigor as contradições, as diferenças de nível e as variações de significado que o conceito de loucura recebe historicamente, mais especificamente, no período do Renascimento, na época clássica e até meados do século XIX. No exemplo em questão, o foco de sua análise se detém no período clássico. Foucault retoma aqui, o que conseguira demonstrar por meio de uma longa pesquisa: a discrepância em relação ao entendimento sobre a loucura que havia entre a família, a igreja, o sistema jurídico, a polícia e a própria teoria de ensino médico da época. Sem, entretanto, que esse fato viesse a impedir que em cada um destes segmentos, a representação particular do louco tivesse uma circulação indiferenciada e contemplado, contraditoriamente, objetos distintos. Essa evidência é capital para o filósofo concluir pela impossibilidade de se postular uma unidade em torno do “discurso referente à loucura”<sup>35</sup>, uma vez que encontrou uma variedade de objetos que se relacionavam sob a mesma rubrica.

---

<sup>32</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 39-40.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 40.

Como segunda hipótese, Foucault propõe que se individualize um grupo de relações entre enunciados a partir de “sua forma e seu tipo de encadeamento”.<sup>36</sup> O olhar do Filósofo direciona-se, então, para a ciência médica do século XIX. Intui que seja no interior do discurso clínico que encontre a oportunidade de testar sua outra formulação hipotética. Sua análise parte da premissa de que a partir do século XIX, a medicina passou a se constituir em torno de um mesmo “*corpus* de conhecimentos”<sup>37</sup>, diferentemente do que ocorrera nos séculos anteriores. Pelo menos, foi o que lhe pareceu em sua abordagem inicial. Para Foucault, isto seria um firme indicativo de que a medicina, enquanto tal, “se organizava como uma série de enunciados descritivos”<sup>38</sup> e, portando, responderia de maneira satisfatória o seu problema.

Mas, ainda aí, foi preciso abandonar essa hipótese inicial e reconhecer que o discurso clínico era não só um conjunto de hipóteses sobre a vida e a morte, de escolhas éticas, de decisões terapêuticas, de regulamentações institucionais, de modelos de ensino, mas também um conjunto de descrições; que este não podia, de forma alguma, ser abstraído daqueles, e que a enunciação descritiva não passava de uma das formulações presentes no discurso médico. Foi preciso, também, reconhecer que essa descrição não parou de se deslocar [...].<sup>39</sup>

É forçoso dizermos, neste caso, que Foucault recorre à pesquisa que já havia realizado quando escreveu *O Nascimento da Clínica*, publicado em 1963. Entretanto, no recorte que fizemos de sua análise, fica evidente que sua intenção de identificar no discurso médico um certo *estilo* de enunciação, não prospera. O filósofo não encontra elementos que possam atribuir um sentido de unidade aos enunciados médicos a partir de um ponto de emergência comum, cujo compartilhamento de uma “mesma visão das coisas”<sup>40</sup> lhes garantiria a homogeneidade discursiva. Na verdade, o que constata indica o oposto: “enunciados dispersos e heterogêneos”<sup>41</sup>.

Ao examinar o domínio gramatical, Foucault expõe sua terceira hipótese para especificar as relações complexas em torno das quais os enunciados se articulam e

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 42. Sobre a origem dispersa e heterogênea dos enunciados médicos, Foucault dá vários exemplos: os enunciados que decorrem das medições por instrumentos; dos protocolos de experiências de laboratórios; das prescrições terapêuticas, dos cálculos estatísticos, etc.

podem unificar um conjunto discursivo. Para definir este ponto comum que permite agrupar os enunciados, o filósofo trabalha com o pressuposto de que seja possível identificá-los em um único sistema conceitual. Tal condição seria fiadora do rigor e da coerência intrinsecamente necessária a uma unidade discursiva. Conforme sua própria avaliação, o resultado que obtém sugere algo diferente.

Entretanto, talvez fosse descoberta uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade. Não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo; tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão.<sup>42</sup>

Mais do que a generalidade do conceito e a estabilidade que pode lhe conferir um mesmo sistema, são as peculiaridades específicas das condições de emergência dos enunciados que se destacam como o seu potencial demarcador de conjunto. É o que inferimos, a partir daquilo que expõe o filósofo francês.

Na sua derradeira tentativa, a análise de Foucault se dirige à exploração dos temas. É em torno deste aspecto que pensa localizar o elemento possível de operar a ligação entre os enunciados e que lhes garanta, portanto, uma identidade discursiva. Entretanto, aduz que

Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retrazar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas?<sup>43</sup>

Assim, de maneira surpreendente, Foucault rejeita a questão quase que imediatamente após tê-la formulado. Por conseguinte, ao encerrar o exame geral de suas hipóteses, conclui que não é possível individualizar um discurso: (1) a partir de um mesmo domínio de objetos; (2) pela forma e tipo normativo de seus enunciados; (3) pelo sistema de conceitos que apresenta; e, (4) pela coerência interna em torno de

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 45.

uma mesma temática.<sup>44</sup> Considerando o resultado obtido, introduz os termos norteadores de sua tese, a qual, fundamentalmente, postula que as formações discursivas não se constituem como elementos distribuídos em uma linha temporal que indicaria o sentido ininterrupto de uma progressão orientada por uma racionalidade, mas que se distribuem historicamente em uma manifesta, regular e aleatória *dispersão*<sup>45</sup>.

Podemos dizer, então, de forma muito resumida, que este é o fundamento teórico que Foucault irá utilizar para delimitar o horizonte de sua pesquisa, bem como, para definir o procedimento de análise que utiliza para descrever a superfície de emergência do enunciado e sua forma de dispersão.

Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas.<sup>46</sup>

A partir deste ponto, já nos parece um pouco mais fácil compreender que, na lógica foucaultiana, identifica-se uma formação discursiva na medida em que um “semelhante sistema de dispersão”<sup>47</sup> pode ser descrito quando se observa um certo número de enunciados. No mesmo sentido, quando “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade”<sup>48</sup>, podemos depreender que este conjunto de elementos se refere a uma formação discursiva. No entanto, vale dizer que as condições necessárias de existência dos elementos que integram a unidade discursiva (objetos, tipos de enunciação, conceitos e temas), são estritamente dependentes de suas “regras de formação”.<sup>49</sup>

Ao denominar de formação discursiva a descrição de um mesmo sistema de dispersão, Foucault pretende distingui-la de outros sistemas semelhantes que se

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 47.

agrupam em torno de unidades de significação, notadamente conhecidas como “ciência, ou ideologia, ou teoria, ou domínio de objetividade”<sup>50</sup>. Procedendo dessa forma, o filósofo exterioriza o seu objetivo de também afastar-se das implicações que a carga conceitual e o sentido intrínseco dessas palavras podem conter.

Sumariamente, e ainda sob a tutela do filósofo, afirmamos que é o caso de haver uma formação discursiva quando em um dado conjunto de enunciados se puder descrever um semelhante sistema de dispersão e, se entre os elementos que o constituem, for possível definir uma regularidade. Assim, além de assumir que a unidade do discurso é determinada pela descrição de seus enunciados, Foucault também está convencido de que a análise discursiva se dá a partir da identificação de certas relações que regem os elementos que lhe são inerentes. Relações que, por sua vez, operam de forma simultânea no sistema de dispersão dos enunciados, na regularidade dos elementos do discurso e na definição de suas regras de formação. Resta-nos, portanto, definir quais são esses elementos e ampliar o entendimento de como eles se articulam entre si no interior desta estrutura relacional.

### 1.3 OS ELEMENTOS DO DISCURSO

Quando examina a unidade do discurso, Foucault não encontra uma condição de linearidade ou de continuidade que dê suporte às diversas relações que se estabelecem entre os seus elementos e lhe confirmam uma estabilidade de conjunto. Pelo contrário, depara-se com uma notória dispersão. Seu método de análise evidencia esse fenômeno e o permite investigá-lo tal qual se apresenta à sua visada. Esse detalhe é significativo porque, para o filósofo, pesquisar essas dispersões em profundidade se traduz na própria possibilidade de se compreender aquilo que pode ser a condição que atribui estabilidade às relações que se estabelecem entre os diversos elementos do discurso.

Ora, o que pretendemos enfatizar, em associação ao pensamento de Foucault, é o fato de que somente é possível perceber a unidade discursiva como pertencente a um domínio particular “se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos,

---

<sup>50</sup> Ibidem, p. 47.

opções teóricas”.<sup>51</sup> Pois, para o filósofo, existe um “sistema de formação”<sup>52</sup> no interior do próprio discurso, que é o verdadeiro responsável por formar os objetos, os conceitos, os enunciados e as escolhas estratégicas (opções teóricas). Tal sistema se articulava de maneira vertical e se configura por meio relações hierárquicas interdependentes, as quais vão se constituir na própria regularidade discursiva, na medida em que esta pode ser individualizada. A partir deste contexto, entendemos que se cria o ponto de abertura para analisarmos o modo como são constituídos os elementos que surgem desse sistema de formação, eixo em torno do qual, opera e se desenvolve toda a dinâmica do discurso foucaultiano.

### 1.3.1 Os Objetos

Para explicar como acontece a formação dos objetos das unidades discursivas, Foucault recorre ao discurso da psicopatologia. Mais especificamente, aquilo que se passou a compreender como tal a partir do século XIX. Nesse processo, faz uma análise comparativa entre dois momentos bem distintos: primeiramente, destaca o período que marca o “novo modo de exclusão e de inserção do louco no hospital psiquiátrico”<sup>53</sup> (no início do século do XIX); na sequência, examina as noções de loucura vigentes (durante o andamento de sua pesquisa) e as compara com noções antecedentes, em particular, com as evidências apresentadas pelos estudos de Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840), Johann Christian Heinroth (1773-1843) e Philippe Pinel (1745-1826).<sup>54</sup>

A descrição de Foucault indica que da paranoia à loucura sem delírio, foram diversos os objetos que transitaram pelo discurso psicopatológico durante os períodos acima mencionados. Nenhum deles, entretanto, circulou sem oscilar de sentido ou com afirmada estabilidade referencial.

Ora, os objetos dos quais a psicopatologia se ocupou, desde essa cesura, são muito numerosos, em grande parte muito novos, mas também bastante precários, cambiantes e condenados, alguns deles, a um rápido desaparecimento: ao lado das agitações motoras, alucinações e

---

<sup>51</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 49.

discursos que se desviam (que já eram considerados como manifestações de loucura, se bem que fossem reconhecidos, delimitados, descritos e analisados de outro modo), vimos surgir alguns que se referiam a registros até então não utilizados: perturbações ligeiras de comportamento, aberrações e problemas sexuais, fatos de sugestão e de hipnose, lesões do sistema nervoso central, *deficits* de adaptação intelectual ou motora, criminalidade.<sup>55</sup>

O filósofo demonstra que os objetos da psicopatologia, ainda que de início possam se abrigar sob a tutela promissora da novidade, não trazem consigo uma estabilidade intrínseca, ou mesmo suficiente, para garantir-lhes uma permanência indelével no interior do discurso. Indica que esta instabilidade pode ser explicada pela desconfiança que ronda os objetos que ainda não foram validados (cujo uso é problemático), ou ainda, pelo fato de não estarem afastados da ameaça do desaparecimento, que em geral, se efetiva quando são substituídos. Em vista disso, Foucault irá problematizar a *regra* que condiciona o aparecimento de tais objetos; o *sistema não dedutivo* que permitiu demarcar o campo da psicopatologia enquanto unidade, seja pela justaposição ou sucessão desses objetos; e, finalmente, irá indagar sobre o modo de identificação do *regime de existência* que os define como objetos de discurso.<sup>56</sup> Para cada questão suscitada, além de oferecer uma resposta, apresenta, também, os critérios metodológicos que utiliza para depurar suas ponderações.

Inicialmente, assere que é necessário “demarcar as *superfícies* primeiras de sua emergência”<sup>57</sup>, ou seja, mostrar com exatidão onde os objetos podem surgir. Destaca, porém, que tais “superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso”<sup>58</sup>. Outra medida que argui ser indispensável, remete para a descrição de “*instâncias de delimitação*”<sup>59</sup>.

[...] **a medicina** (como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 49-50.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 50. Foucault também explica que esse procedimento permite, por exemplo, que se analise os diferentes critérios que foram utilizados para classificar como doença, o que se designa como “alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc.”

<sup>59</sup> Ibidem, p. 51.

sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura a loucura como objeto; mas não foi a única a representar esse papel: **a justiça**, e particularmente a justiça penal (com as definições da escusa, da irresponsabilidade, das circunstâncias atenuantes e com o uso de noções como as de crime passional, de hereditariedade, de perigo social), **a autoridade religiosa** (na medida em que se estabelece como instância de decisão que separa o místico do patológico, o espiritual do corporal, o sobrenatural do anormal, e na medida em que pratica a direção de consciência mais para um conhecimento dos indivíduos do que para uma classificação casuística das ações e das circunstâncias), **a crítica literária e artística** (que, no curso do século XIX, trata a obra cada vez menos como um objeto de apreciação que deve ser julgado, e cada vez mais como uma linguagem que deve ser interpretada e em que é preciso reconhecer os jogos de expressão de um autor).<sup>60</sup>

Por intermédio deste procedimento, justifica ser possível identificar e compreender como o discurso médico, no século XIX, adquiriu importância hegemônica, embora não exclusiva, para arbitrar sobre a loucura. Por fim, Foucault delibera sobre o que define por *grades de especificação*.<sup>61</sup> Seu ponto de abordagem aqui são os “sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as diferentes ‘loucuras’ como objetos do discurso psiquiátrico”<sup>62</sup>.

Em que pese o conteúdo da exposição fundar-se na necessidade de demarcar as superfícies de emergência dos objetos, de descrever suas instâncias de delimitação e de definir as grades de especificação que articulam seus sistemas, o filósofo adverte que tais procedimentos, não satisfazem, por si só, as condições de delimitação dos objetos do discurso. Para explicar este posicionamento, Foucault apresenta duas justificativas. A primeira consiste no fato de que o discurso não é exatamente o lugar onde os objetos “vêm se depositar e se superpor como em uma simples superfície de inscrição”<sup>63</sup>. Na verdade, sua pesquisa demonstra que os objetos são formados em lugares completamente diferentes. A segunda justificativa indica que a psicopatologia, ao longo do período em que foi se individualizando o seu discurso, “demarcou, uns após outros, vários planos de diferenciação em que os

---

<sup>60</sup> Ibidem, p. 51, grifo nosso.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 51. O filósofo francês dá exemplos elucidativos do que foram essas grades de diferenciação no século XIX: “a alma; a vida e a história dos indivíduos; os jogos das relações neuropsicológicas”.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 52.

objetos podem aparecer”<sup>64</sup>. Nesse caso, para o filósofo, seria também necessário, por exemplo, identificar as relações que existem entre os objetos, entender o conjunto que circunscrevem, além de compreender por que tal conjunto pode ser delimitado. Assim, depreende que o resultado de sua análise ainda se revela insuficiente para demonstrar as condições necessárias que permitem delimitar os objetos do discurso.

Foucault já havia percebido que antes de descrever o objeto em si mesmo, ou seja, aquele já identificado no interior do discurso, era preciso compreender como ele é formado. Por isso, introduz um dado importante no conteúdo de sua explicação a partir do resultado que obteve em suas observações e, cuja avaliação final, vai alterar significativamente seu esquema argumentativo. Fundamentalmente, porque indica que a formação dos objetos deriva de um conjunto de relações complexas e determinadas. Dito de outro modo, Foucault assume que tais relações se traduzem na condição que elimina a insuficiência que havia detectado e, conseqüentemente, estaria solucionado o problema da delimitação dos objetos do discurso. Em suas palavras:

Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas.<sup>65</sup>

Em resumo, podemos dizer que aquilo que torna possível a identificação da unidade do discurso psiquiátrico do século XIX, não é simplesmente a individualização dos objetos que o constitui, mas sim, a análise das relações que podem formá-los e seus respectivos níveis de diferenciação. Níveis de diferenciação que o filósofo de Poitiers intitula de instâncias de emergência, de delimitação e de especificação<sup>66</sup>. Notamos que há aí todo um jogo de relações sistêmicas preexistentes que se revelam e se revezam. Não por acaso, Foucault atribui a essas relações a condição de

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 50-51. Considerando-se a psicopatologia do século XIX, os exemplos de instância ou superfície de emergência do “objeto loucura”, são: a família; o grupo social próximo; o meio de trabalho; a comunidade religiosa; a arte; a sexualidade; e, a penalidade. Como instância de delimitação, Foucault cita a medicina do século XIX; a justiça (especialmente a penal); a autoridade religiosa; e, a crítica literária e artística. Em relação às grades de especificação (referentes aos objetos do discurso psiquiátrico), o filósofo faz referência a alma; ao corpo; a vida e a história dos indivíduos; e, aos jogos das correlações neuropsicológicas.

possibilidade da formação dos objetos da unidade discursiva. Com o detalhamento que lhe é peculiar, irá definir as relações que envolvem os objetos do discurso, quais sejam: (1) um sistema das relações primárias ou reais, (2) um sistema das relações secundárias ou reflexivas e, (3) um sistema das relações discursivas.<sup>67</sup> Sobre o sistema das relações discursivas, enfatiza que se referem às relações que estão no limite do discurso, ou seja, não são internas a ele e tampouco lhe são exteriores. Uma espécie de lugar de passagem, de circulação, uma espécie de fronteira.

Dessa forma, Foucault sublinha a importância dos três tipos de relações que apresenta, na medida em que as indica como as responsáveis por demarcar a superfície de emergência do discurso enquanto uma prática social. Relações, portanto, que “são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização”<sup>68</sup>. Por intermédio deste encadeamento elas oferecem os objetos sobre os quais o discurso pode falar<sup>69</sup> e “determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc.”<sup>70</sup> Neste contexto, é preciso ainda destacar que,

[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados.<sup>71</sup>

Isto explica por que Foucault postula a primazia das relações em detrimento das *coisas*. Na realidade, o que está mesmo a sugerir é a própria renúncia do seu uso como referencial dos objetos do discurso:

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 55-56. Como exemplo de sistema de relações primárias ou reais, Foucault cita as relações existentes entre a família burguesa e o funcionamento das instâncias e das categorias judiciárias do século XIX. Sobre o sistema de relações secundárias ou reflexivas, argumenta que “o conteúdo daquilo que os psiquiatras do século XIX puderam dizer sobre as relações entre a família e a criminalidade, não reproduz, o jogo das dependências reais e muito menos o jogo das relações que tornam possíveis e sustentam objetos do discurso psiquiátrico”. Por fim, sobre as relações discursivas, aduz que estas “não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica”, mas caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 57.

[...] substituir o tesouro enigmático das "coisas" anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão.<sup>72</sup>

Ainda que destaque a importância do papel dessas relações enquanto possibilidade histórica das regras que formam os objetos do discurso, o filósofo tem a plena convicção de que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”<sup>73</sup>, tampouco que é fácil dizer algo novo. Outro aspecto que salienta, soa como um tipo de advertência metodológica: o fato de que “não basta abrir os olhos, prestar a atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade”.<sup>74</sup>

Por este viés, Foucault quer prevenir-se de que seu método descritivo permaneça totalmente estranho a qualquer outro que vincule ou queira condicionar a análise do discurso aos limites da linguagem, a uma subjetividade doadora de sentido ou que tenda a reduzir a uma experiência individual. Consequentemente, ao descrever a formação dos objetos do discurso, pretende “identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva”<sup>75</sup> e não determinar “uma organização léxica nem as escansões de um campo semântico”<sup>76</sup>. Para o filósofo, sendo o discurso uma prática, deve, enquanto tal, ser analisado estritamente em seu próprio nível, nem aquém, nem além.<sup>77</sup>

### 1.3.2 As Modalidades Enunciativas

Para explicar a formação daquilo que denomina de modalidades enunciativas, Foucault prossegue na análise do discurso dos médicos do século XIX. É neste

---

<sup>72</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 54. Aqui pode-se entender como uma referência ao conceito de *a priori histórico*, que Foucault apresenta em *As Palavras e as Coisas*. Trataremos desse conceito no Cap. 4.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 59.

domínio específico que procura “encontrar a lei de todas as enunciações diversas e o lugar de onde vêm”<sup>78</sup>, a resposta que justifique o aparecimento de determinados enunciados em detrimento de outros.

A primeira questão que se impõe ao seu exame: “quem fala?”<sup>79</sup>. Para o filósofo francês não há dúvida de que “a fala médica não pode vir de quem quer que seja”.<sup>80</sup> Há condicionantes e requisitos próprios que devem ser atendidos por aquele que postula ocupar a posição de sujeito no discurso médico. Afinal, “o *status* do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito [...] à prática e à experimentação do saber.”<sup>81</sup> Mas não somente isso. Há também todo um “sistema de diferenciação e de relações”<sup>82</sup> que envolve outros indivíduos ou mesmo grupos, cuja organização interna não exclui que tenham seu próprio *status*. No mesmo sentido, há de se reconhecer no *status* do médico um “certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade”<sup>83</sup>, marcas que individualizam o seu papel e lhe garantem uma identidade específica no corpo social onde é analisado. Por essa razão, explica Foucault, a fala médica

[...] não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte.<sup>84</sup>

A segunda questão deriva da primeira: quais são os “lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, onde este encontra sua origem legítima e seu

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 61. Michel Foucault aborda mais detalhadamente esse tema em *A Ordem do Discurso*, sua aula inaugural no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970. Mais especificamente, quando trata dos procedimentos de exclusão. A tese que apresenta nessa aula é a de que “em toda a sociedade, a produção do discurso é influenciada por procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição”. Assim, a palavra, objeto desses procedimentos de interdição, é limitada apenas a sujeitos que são determinados por um “direito privilegiado ou exclusivo” que os autoriza a falar. p. 8-10.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 61.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 62. Foucault argumenta que o *status* do médico descrito no final do século XVIII e no início do século XIX foi “profundamente modificado na civilização ocidental”. A causa dessa variação, acredita o filósofo, teria como fundamento a importância que a saúde das populações adquiriu enquanto “uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial”.

ponto de aplicação?”<sup>85</sup> A resposta do filósofo é categórica: tais lugares podem ser especificados como o hospital, o laboratório, a biblioteca ou campo documentário.<sup>86</sup>

Por fim, a questão que encerra a tríade problematizadora, diz respeito à *situação* que atua como um operador de diferenciação das posições possíveis de serem ocupadas pelo sujeito no discurso médico. Quais seriam estas posições e, não menos importante, como podem ser definidas?

As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele **é sujeito que questiona**, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; **é sujeito que observa**, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; **está situado a uma distância perceptiva** ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao nível perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo, o fazem circular no espaço interior do corpo - dos sintomas manifestos aos órgãos, dos órgãos aos tecidos e dos tecidos, finalmente, às células.<sup>87</sup>

Neste contexto, percebemos que é no interior de uma dinâmica de inter-relações, que o médico vai ocupar a posição do sujeito que está autorizado a falar sobre um conjunto individualizado de objetos. O que lhe é permitido dizer provém de um lugar institucional específico, que se mostra múltiplo e ao mesmo tempo, com alguns níveis de restrição. Se não é o mesmo que fala, é porque existem variações no papel que desempenha e que evidenciam o *status* de sua posição no âmbito do discurso clínico.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 62.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 62. Foucault compreende o hospital como um “local de uma observação constante, codificada” e “assegurada por pessoal médico diferenciado e hierarquizado”. Configurando-se, portanto, numa fonte confiável de acúmulo de experiências e de conhecimento sobre o doente e as patologias. O laboratório, por sua vez, representa como um “local autônomo” e “distinto do hospital na maior parte do tempo”, onde abre-se um espaço “no qual se estabelecem verdades de ordem geral sobre o corpo humano, a vida, as doenças, as lesões” etc. O espaço compreendido como biblioteca ou campo documentário é aquele que se refere não apenas aos “livros ou tratados”, mas que abarca todo um conjunto geral de documentos, os quais os médicos têm acesso e lhes servem de suporte teórico para sua atividade.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 63, grifo nosso.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 64-65.

Vimos que no universo descritivo das modalidades enunciativas, Foucault identifica e descreve a formação discursiva da medicina do século XIX. Em seu estudo, demonstra que há uma dispersão do sujeito na prática discursiva. Esta “descontinuidade em relação a si mesmo”<sup>89</sup> se dá pela variação do *status* do sujeito, da multiplicidade ou alternância dos lugares e “posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, ou mesmo pela descontinuidade dos planos de onde fala”.<sup>90</sup> Esta descontinuidade, entendida como um efeito desta variação sujeito/lugar, promove o afastamento da possibilidade de se atribuir a um conhecimento *a priori*, ou a uma subjetividade, o papel demarcador da origem da descrição dos enunciados.<sup>91</sup> Desse modo, se anteriormente Foucault havia demonstrado “que não eram nem pelas ‘palavras’ nem pelas ‘coisas’” que se definem os objetos de uma formação discursiva, agora, exclui, definitivamente, a possibilidade de o serem por meio de “um sujeito transcendental” ou de “uma subjetividade psicológica”.<sup>92</sup>

### 1.3.3 Os Conceitos

Para tentar estabelecer o modo como são formados os conceitos do discurso, Foucault se orienta pela busca de uma *lei*. Uma lei que possa explicar a “emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes”<sup>93</sup> e “um sistema de ocorrência”<sup>94</sup> que seja de uma ordem diferente daqueles que se organizam em torno de uma metodologia puramente lógica. Porém, antes de tratar diretamente dos conceitos, faz um breve recuo estratégico. O filósofo entende que se faz necessário retomar a questão dos enunciados e compreender melhor o modo como se organiza o seu espaço de emergência, o seu território de circulação, o “campo de enunciados”<sup>95</sup>. Deste modo, irá articular e desenvolver seu conteúdo expositivo em torno de três ideias ou conceitos.

O primeiro aspecto que apresenta, pressupõe que a organização do campo de enunciados compreende tipos de *formas de sucessão* e “diversas disposições das

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>93</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 67.

séries enunciativas [...]; os diversos tipos de correlação dos enunciados [...]; os diversos esquemas teóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados”<sup>96</sup>. Para exemplificar, utiliza a forma de organização dos enunciados no discurso da história natural, durante o período clássico:

A história natural, nos séculos XVII e XVIII, não é simplesmente uma forma de conhecimento que deu uma nova definição aos conceitos do "gênero" ou de "caráter" e que introduziu conceitos novos como o de "classificação natural" ou de "mamífero"; é, antes de tudo, um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos.<sup>97</sup>

Neste caso, Foucault procura demonstrar que a história natural, embora seja uma forma de conhecimento que tenha atualizado alguns de seus conceitos e assimilado outros inexistentes, não pode ser reduzida (ou ser estritamente vinculada) à atividade de um sujeito. Fundamentalmente, porque para ele, a história natural é constituída por um conjunto de regras autônomas, as quais atribui a responsabilidade de organizar a disposição interna de seus enunciados, além de articulá-los, conforme a variedade de suas relações, na unidade discursiva. É por meio desta ordenação que acredita ser possível aos seus elementos, que circulam e interagem nesse campo de enunciados, alcançar o *status* de conceito.

Sobre o segundo aspecto, Foucault postula que há no discurso *formas de coexistência* entre enunciados, ainda que provisórias. A coexistência entre estes enunciados (conceitos) indicaria que existe, nestas relações, certa defasagem, recorrência, deslocamentos, alguma incompatibilidade, sobreposição, ambiguidade ou mesmo rejeição. Neste *campo de presença*, tais relações “podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e da autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro”<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> Ibidem, p. 67-68.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 68-69. Foucault ainda descreve um *campo de concomitância* e um *domínio de memória*. O primeiro trata dos “enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discursos totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados”. O segundo refere-se aos “enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mais em

O terceiro ponto destacado pelo filósofo, é o que ele vai denominar de *procedimentos de intervenção*. Esses procedimentos são especificados em suas diversas variações a partir da maneira como atuam na formação discursiva.

Tais procedimentos [de intervenção] podem aparecer: nas *técnicas de reescrita* [...]; em *métodos de transcrição* dos enunciados [...]; os *modos de tradução* dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e vice-versa [...]; os meios utilizados para aumentar a *aproximação* dos enunciados e refinar sua exatidão [...]; a maneira pela qual se *delimita* novamente - por extensão ou restrição - o domínio de validade dos enunciados [...]; a maneira pela qual se *transfere* um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro [...]; os métodos de *sistematização* de proposições que já existem por terem sido formuladas anteriormente, mas em separado; ou, ainda, os métodos de redistribuição de enunciados já ligados uns aos outros, mas que são recompostos em um novo conjunto sistemático [...].<sup>99</sup>

Essa tríade argumentativa vai se consubstanciar no suporte teórico que Foucault utiliza para defender a hipótese de que existe uma regra que regula a emergência dos conceitos e que organiza suas relações no interior do discurso. Indispensável destacar que este pressuposto traz consigo duas implicações relevantes: (a) refuta a ideia de que a formação dos conceitos advenha de um processo dedutivo e, (b) rejeita a possibilidade de que os conceitos se desenvolvam de um modo constante, em manifesta e progressiva atividade formativa.

Essa organização compreende, inicialmente, formas de *sucessão* [e, entre elas, as diversas *disposições das séries enunciativas* [...]; os diversos *tipos de correlação* dos enunciados [...]; os diversos *esquemas retóricos* segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados [...].<sup>100</sup>

Por consequência, sua investigação, de um modo muito particular, vai vincular-se em torno da delimitação e da organização do campo de enunciados, da observação de sua superfície de emergência e, principalmente, da forma como circulam os conceitos

---

relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica”.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 69-70. Foucault também faz referência aos procedimentos de intervenção em *A ordem do discurso*.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 67-68.

no interior do discurso e não em torno de uma ideia de racionalidade que lhe seria subjacente.

Para comprovar sua hipótese, Foucault segue utilizando a unidade discursiva delimitada pela história natural como objeto de análise. Inicialmente, salientamos que o filósofo francês não se satisfaz apenas com a possibilidade de identificar e delimitar o grupo de conceitos de um determinado discurso, quer também compreender como elementos tão diferentes, se relacionam entre si.<sup>101</sup> A importância que atribui a estes elementos desdobra-se de sua propriedade associativa. Esta característica permitiria identificá-los como integrantes de um conjunto de relações, através do qual, por extensão, podem compartilhar de uma mesma unidade discursiva, ainda que mantenham, sua própria singularidade. São estas relações, por sua vez, o fator determinante para estabelecer o que intitulará de sistema de *formação conceitual*. Este sistema, embora não proporcione o acesso imediato à descrição dos conceitos, permite, pelo menos, que o filósofo elabore os *esquemas* pelos quais consegue descrever como os enunciados se ligam entre si em um dado discurso. No mesmo sentido, viabiliza que se observe como os seus elementos recorrentes podem reaparecer, coexistir, se contrapor, se transformar ou se influenciar.<sup>102</sup>

Com este recurso metodológico, Foucault introduz uma categoria de análise dos enunciados que se antecipa à descrição mesma do conceito. A este tipo específico de descrição, nomeia de *pré-conceitual*. Para elucidar o significado mais preciso do termo, recupera um exemplo de *As Palavras e as Coisas* e analisa a gramática geral (nos séculos XVII e XVIII), aqui considerada como um domínio discursivo e objeto de seu exame. Em seu método de análise, elabora e aplica quatro esquemas explicativos, os quais denomina, respectivamente de: (1) teoria da atribuição, (2) teoria articulação, (3) teoria da designação e (4) teoria da derivação.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 71. Foucault não utiliza o conceito de *recorrência* no mesmo sentido que é empregado pela tradição filosófica francesa, notadamente influenciada pela epistemologia histórica de Bachelard, Koyrè e Canguilhem. A epistemologia histórica parte de uma ideia de racionalidade que atua na depuração e no aperfeiçoamento dos conceitos no domínio do conhecimento e se atrela, portanto, a uma noção de progresso científico. Diferencialmente, a arqueologia de Foucault (como veremos mais adiante), exclui a primazia do sujeito no interior da formação discursiva, posto que lhe é estranho o método dedutivo e, substancialmente, porque visa descrever um campo do saber delimitado pelas ciências humanas. Para mais informações sobre esse tema, ver MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 3. ed. Kindle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 71-72. Lembramos que Foucault não emprega a palavra teoria no sentido forte do termo.

Sobretudo, Foucault se utiliza destes esquemas para descrever pontos muitos específicos de seu campo investigativo. Primeiramente, evidencia que o escopo de sua descrição consiste em demonstrar como se ordenam e se desenvolvem os diferentes tipos de análises gramaticais, bem como, “que formas de sucessão são possíveis entre as análises do nome, as do verbo e as dos adjetivos, as que se referem à fonética e as que se referem à sintaxe, as que dizem respeito à língua originária e as que projetam uma língua artificial”.<sup>104</sup>

Em um segundo momento, mostra como a gramática geral define os três domínios que caracterizam seu discurso: um domínio de *validade*, um domínio de *normatividade* e um domínio de *atualidade*. No interior de cada um desses domínios, investiga, respectivamente, os critérios pelos quais se atribui o valor de verdade ou de falsidade a uma proposição; os critérios pelos quais certos enunciados podem ser excluídos ou rejeitados do discurso; e, finalmente, os critérios sob os quais, os conceitos e as afirmações deixam de ser utilizados.<sup>105</sup>

Na sequência, examina as relações entre a gramática geral e outros tipos de saber. Em específico, as relações que estabelece com a *Mathesis*, “com a análise filosófica da representação e as teorias dos signos, com a história natural, os problemas da caracterização e da taxionomia, com a análise das riquezas e os problemas dos signos arbitrários de medida e de troca”<sup>106</sup>. Este movimento permite que Foucault demonstre, por exemplo, como certos saberes partilham de conceitos comuns, embora pertençam a unidades discursivas diferentes. Por fim, tais esquemas ainda o autorizam a descrever como foram possíveis:

As diversas concepções do verbo ser, da ligação, do radical verbal e da desinência (para o esquema teórico da *atribuição*); as diversas concepções dos elementos fonéticos, do alfabeto, do nome, dos substantivos e dos adjetivos (para o esquema teórico da *articulação*); os diversos conceitos de substantivo e de substantivo comum, de demonstrativo, de raiz nominal, de sílaba ou de sonoridade expressiva (para o segmento teórico da *designação*); os diversos conceitos de linguagem originária e derivada, de metáfora e de figura, de linguagem poética (para o segmento teórico da *derivação*).<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 72-73.

<sup>107</sup> Ibidem, 73.

Nesta análise, o filósofo reforça seu entendimento de que as regras de formação dos conceitos se constituem a partir da própria prática discursiva e das relações por ela estabelecida. Entretanto, reconhece que demarcar sua organização na prática do discurso não é algo tão evidente, tal qual se pode verificar nos acontecimentos de cunho científico. Para ele, a historicidade que é própria destas regras, se constitui na condição que permite identificar a materialidade de sua formação sem que se precise recorrer a uma subjetividade. Portanto, conclui que “as regras de formação têm seu lugar não na ‘mentalidade’ ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso”.<sup>108</sup>

#### 1.3.4 Estratégias temáticas

Foucault nos diz que os discursos<sup>109</sup> “dão lugar a certas organizações de conceitos, certos reagrupamentos de objetos e a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias”.<sup>110</sup> A estes temas ou teorias, denomina de *estratégias*. Antecipando-se a qualquer crítica, também identifica e expõe um problema de fundamentação teórica que não consegue superar durante sua análise das estratégias: explicar como acontecem suas dispersões na história.<sup>111</sup>

Não obstante, pondera que seu propósito é demonstrar a existência de uma regularidade entre as estratégias que o valide a definir o *sistema comum*<sup>112</sup> da qual se originam. Para registrar a complexidade da tarefa que tem diante de si, Foucault faz um sumário sobre o método que empreendeu nos três livros que antecedem *A Arqueologia do Saber: História da Loucura, O Nascimento da Clínica, e As Palavras e as Coisas*. No primeiro livro, *História da Loucura*, salienta que sua pesquisa se volta mais para formação dos objetos do discurso psiquiátrico do que propriamente para as escolhas teóricas (embora ele mesmo afirme que sejam demarcadas mais facilmente por conta das peculiaridades da unidade discursiva que analisa). Em *O Nascimento da Clínica*, sua atenção direciona-se para os modos de enunciação do discurso

---

<sup>108</sup> Ibidem, 74.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 76. Foucault refere-se às unidades discursivas identificadas como economia, medicina, gramática e ciência dos seres vivos.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 76.

médico durante o século XVIII e no início do século XIX. Neste caso, o centro de sua investigação arqueológica diz menos sobre os conceitos e das escolhas teóricas do que sobre o *status* do sujeito, o lugar institucional ou a posição que este pode ocupar no discurso que profere. Já em *As Palavras e as Coisas*, a visada de Foucault concentra-se na descrição de conceitos e nas suas respectivas regras de formação, sistematizados pelas análises dos domínios da gramática geral, da história natural e do das análises das riquezas.

Apesar destas justificativas, o filósofo não nos deixa sem uma indicação de resposta. Pelo menos, no que se relaciona ao encadeamento lógico que definiriam as escolhas teóricas, e, por consequência, sobre o sistema comum que lhes dá origem. No seu entendimento, a escolhas estratégicas só se tornam possíveis a partir da existência de “pontos de divergência no jogo dos conceitos”<sup>113</sup>. Seu aparecimento não decorre de uma perspectiva individual da realidade ou de uma escolha arbitrária promovida pelo sujeito que fala. No mesmo sentido, os conceitos só podem ser formados “a partir das formas de coexistência entre os enunciados”<sup>114</sup>. No caso das modalidades de enunciação, estas, somente são descritas “a partir da posição que o sujeito ocupa em relação ao domínio de objetos de que fala”<sup>115</sup>. Assim, completa Foucault,

Todos esses grupamentos de enunciados que devemos descrever não são a expressão de uma visão do mundo que teria sido cunhada sob a forma de palavras, nem a tradução hipócrita de um interesse abrigado sob o pretexto de uma teoria: a história natural na época clássica é diferente do confronto, nos limbos que precedem a história manifesta, entre uma visão (lineana) de um universo estático, ordenado, compartimentado e sabiamente oferecido desde sua origem ao esquadrinhamento classificatório, e a percepção, ainda um pouco confusa, de uma natureza herdeira do tempo, com o peso de seus acidentes, e aberta à possibilidade de uma evolução; da mesma forma, a análise das riquezas é diferente do conflito de interesses entre uma burguesia que se tornou proprietária fundiária e exprime suas reivindicações econômicas ou políticas pela voz dos fisiocratas, e uma burguesia comerciante que pedia medidas protecionistas ou liberais por meio dos utilitaristas.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 81-82

Talvez, o mais relevante a ser destacado nas estratégias temáticas de Foucault, seja o fato de permitirem demonstrar a existência de uma articulação correlacional que estabelece um “sistema vertical de dependências”<sup>117</sup> entre todos os elementos do discurso, onde cada elemento antecedente surge como condição descritiva do conseqüente. Assim sendo, compreendemos que a análise da prática discursiva somente se efetiva a partir da descrição de relações hierárquicas interdependentes entre os diversos elementos que constituem um discurso: os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas. Tais relações, além de perceptíveis em sua regularidade, se unificam em um mesmo e único sistema, de modo coerente e funcional, à medida que cada elemento da unidade discursiva se subordina às mesmas regras de formação.

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 86.

## Capítulo 2: A DESCRIÇÃO ARQUEOLÓGICA

Usualmente, segmenta-se o acervo intelectual de Foucault em três momentos distintos.

O primeiro, conhecido como o período da “arqueologia”, é voltado principalmente para as questões relativas à constituição dos saberes e inclui os livros publicados na década de 1960: *A história da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969). O segundo momento, conhecido como o período da “genealogia”, é centrado sobre questões relativas aos mecanismos do poder e inclui os principais livros da década de 1970: *Vigiar e punir* (1975) e o volume I da *História da sexualidade*, intitulado *A vontade de saber* (1976). O terceiro momento trata das questões relativas à construção do sujeito ético e inclui os volumes II e III da *História da sexualidade*, intitulados, respectivamente, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (1984).<sup>118</sup>

Embora esta classificação (autor/livro/obra<sup>119</sup>) pudesse ser alvo da própria crítica de Foucault, ela é relevante porque nos permite demarcar o contexto histórico em que o filósofo escreve *A Arqueologia do Saber*, livro em que o filósofo se propõe a explicar o método arqueológico. Historicizar sua obra também possibilita que relembremos o método de análise que predominava no estudo das ciências humanas da França naquele período, além de auxiliar a compreendermos a dimensão do deslocamento metodológico que a arqueologia se propõe a fazer. Especificamente, porque entre os anos de 1950 e 1960, década que antecede a fase arqueológica de Foucault, era o estruturalismo que expressava sua máxima hegemonia no solo

<sup>118</sup> MUCHAIL, Salma Tannus, **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 9-10. Deve ser acrescentado a este terceiro momento (ou fase), da obra de Foucault, o volume IV da *História da Sexualidade*, *As confissões da carne*, livro que publicado somente no ano de 2018 e que dá sequência à sua genealogia do sujeito do desejo.

<sup>119</sup> Foucault problematiza este tema de uma forma muito precisa no texto *O que é um Autor? Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63º ano, n.º3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104. (*Société Française de Philosophie*, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d’Ormesson, J. Ulmo, J. Wahl.) No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298. Afirma Foucault: “Dentre os milhões de traços deixados por alguém após sua morte, como se pode definir uma obra?”. E completa: “A palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são tão problemáticas quanto a individualidade do autor”. p. 270.

francês, “na medida em que se identificou com toda a história intelectual francesa a partir de 1945”.<sup>120</sup>

Poderíamos citar, brevemente, duas boas razões que servem de base para explicar a grande adesão dos franceses ao estruturalismo. A primeira, pode ser demarcada pela forma ambiciosa como foi apresentado, ao reivindicar o título de um método de pretensão rigor que acena com a promessa de possibilidade de progresso no campo científico. A segunda, concomitantemente com a anterior, vincula-se ao momento histórico em que esta adesão se consolida no pensamento francês, o qual reconhece no método estruturalista, uma abertura para o fortalecimento de uma determinada consciência crítica.<sup>121</sup>

Terá sido o instrumento de uma desideologização para numerosos intelectuais comprometidos, ao ritmo das desilusões da segunda metade do século XX - conjuntura política particular marcada pelo desencanto, configuração do campo do saber que precisava fazer uma revolução para ver uma reforma ser bem-sucedida: essa conjunção permitiu ao estruturalismo ser o polo de convergência de uma geração inteira que descobriu o mundo por trás da grade estrutural.<sup>122</sup>

Neste contexto, e balizado pela influência da linguística saussuriana, o estruturalismo pode ser entendido como “um movimento de pensamento, uma nova forma de relação com o mundo, muito mais amplo do que um simples método específico para um determinado campo de pesquisa”<sup>123</sup>. Tal qual como se constata em algumas ideias de Ferdinand de Saussure<sup>124</sup>, sua força de propagação também

---

<sup>120</sup> DOSSE, François. **História do Estruturalismo**, v. 1: o campo do signo, 1945-1966. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 15.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 16-17. O autor apresenta três ideias fundamentais que os estruturalistas teriam herdado de Ferdinand Saussure e adaptado às suas respectivas áreas de estudo. Na primeira delas, Saussure “postula que rigorosamente o objetivo das ciências humanas é estudar os sistemas formais”. Esta proposição se interpõe aos outros domínios na medida em que se dá primazia ao “estudo das formas e das relações, excluindo o das substâncias e das qualidades: oposições binárias em Claude Lévi-Strauss; quadrado semiótico, em Algirdas Julien Greimas; jogos de *língua*, em Jacques Lacan”. Na segunda ideia, Saussure defende que “a *língua* é um sistema preexistente ao uso que dela fazemos. Neste caso, “a *fala*, ou seja, as frases que produzimos ao utilizar essa *língua*, representa unicamente relações particulares e históricas”. Essa seria razão de haver, por exemplo, uma “tendência, comum aos estruturalistas, a privilegiar a dimensão sincrônica dos fenômenos estudados”. Por fim, Saussure também “sustenta que a *língua* é um fenômeno social cujas regras se constituem em plena revelia do sujeito que dela faz uso.” Dessa inferência, surge a inclinação partilhada pelos estruturalistas de “ancorar suas análises em poderosos determinismos sociais e a eliminar a percepção consciente do sujeito”.

pode ser expressa pela forma com que os pensadores estruturalistas compartilham de um determinado grau de percepção da realidade, o qual não estaria disponível, pelo menos de maneira imediata, ao alcance daquilo que apenas está exposto à superfície plana do olhar.

A partir disto, parece bastante razoável ponderar que a arqueologia de Foucault estaria próxima, ou pelo menos, não seria alheia ao tipo de análise promovida pelo estruturalismo. O próprio filósofo nos permite fazer essa ilação. Por exemplo, poder-se-ia reivindicar tal proximidade entre os dois instrumentos de análise “na medida que ele [Foucault] reduz o sujeito a uma função do discurso e propõe tratar o discurso sério como um sistema autônomo governado por regras”<sup>125</sup>. Este procedimento, por si só, enseja um dos motivos pelos quais não se poderia afastar a compreensão de que, o método arqueológico, “até certo ponto, não era inteiramente estranho ao que era chamado de análise estrutural”<sup>126</sup>. Além disso,

Se Foucault trabalhava, pesquisava, escrevia no espaço aberto pelo fim do humanismo e da hegemonia dos conceitos de homem e de sujeito soberano, tais conclusões históricas não invalidaram sua metodologia arqueológica, que permaneceu operante. Assim, estabeleceremos ainda que por arqueologia deve-se entender também análise estrutural.<sup>127</sup>

Mas, ainda que seja inevitável, e legítimo, estabelecer essas comparações e identificar certas semelhanças entre os dois métodos, é bem verdade que Foucault se mostra arredo ao “rótulo” de estruturalista, ainda que de forma ambígua. Em várias ocasiões expressa este posicionamento. Por vezes dirá que seu procedimento de análise se inscreve ao lado do estruturalismo e não propriamente nele, na medida em que aquele estaria inscrito “no interior de uma grade de transformação dos saber das ciências humanas”<sup>128</sup>, e que, tal qual sua arqueologia, faz um “questionamento do

---

<sup>125</sup> DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. XXVII.

<sup>126</sup> Ibidem, p. XXVII.

<sup>127</sup> MADARASZ, Norman. Foucault: arqueólogo estrutural. In: MADARASZ, Norman et al. **Leituras acontecimentais**. Porto Alegre, RS: Editora: Fi, 2016. p. 21-22. Disponível em: <https://www.editorafi.org/053norman>. Acesso em: 16 nov. 2022.

<sup>128</sup> “Michel Foucault explica seu último livro”(entrevista com J.-J. Brochier), *Magazine littéraire*, nº 28, abril-maio de 1969, ps. 23-25. No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução: Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 159.

estatuto antropológico, do estatuto do sujeito, do privilégio do homem”<sup>129</sup>. Em outras, no entanto, expõe seu pensamento de modo não menos contundente, porém no sentido contrário:

[...] fiquei completamente pasmo, quando ao final dessa apresentação o autor dizia: “Pois bem, vejam vocês, Foucault é um aluno de Lévi-Strauss, é um estruturalista, e seu método é completamente anti-histórico ou a-histórico!”. Ora, apresentar a *História da loucura*, apresentar *O nascimento da clínica*, *História da sexualidade* e *Vigiar e punir* como livros a-históricos não compreendo. Acrescentaria simplesmente que não houve um comentador, nem mesmo um, para observar que, em *As palavras e as coisas*, que passa como sendo o meu livro estruturalista, a palavra “estrutura” não é usada uma só vez. Se ela é mencionada a título de citação, ela nunca é utilizada por mim, nem a palavra “estrutura” nem nenhuma das noções através das quais os estruturalistas definem seu método.<sup>130</sup>

É quase inevitável falar sobre a filosofia de Foucault sem ao menos tangenciar esta questão, ainda que não o façamos com a pretensão de esgotar uma análise do movimento estruturalista ou de explicitar os pormenores de sua ascensão e declínio na ordem do pensamento francês. Estritamente sobre esta discussão, se Foucault era ou não estruturalista, optamos por nos associar a Portocarrero quando afirma que o filósofo, ao se colocar em oposição ao “pensamento dialético e humanista da filosofia moderna”<sup>131</sup>, revela também “sua necessidade exacerbada de declarar-se não estruturalista e o seu esforço para explicar e justificar sua diferença”<sup>132</sup>.

Validamos a exposição anterior por nos permitir demonstrar, e esse é o aspecto mais importante, o quanto a influência do estruturalismo era próxima, disponível e acessível ao pensamento de Michel Foucault. Em extensão, também reforçamos a ideia de que categorizar seus textos, sua obra e sua filosofia, não é, sob nenhum aspecto, uma atividade prosaica, pois se constitui em um empreendimento

---

<sup>129</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>130</sup> “Kenryoku to chi” (“Poder e saber”; entrevista com S. Hasumi gravada Paris, dia 13 de outubro de 1977), Umi, dezembro de 1977, p. 240-256. No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 219.

<sup>131</sup> PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida**: de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. p. 23.

<sup>132</sup> Ibidem, ibidem.

que com muita facilidade nos escapa, seja pelo expressivo volume de sua produção filosófica, seja pela pluralidade e erudição de seu pensamento. Assim, o percurso acima traçado, mesmo que de forma breve e lateral, reconhecemos, nos ajuda a compreender e a contextualizar o ambiente intelectual que envolve Foucault nos anos que antecedem a publicação de *A Arqueologia do Saber*. Auxilia-nos, também, a evidenciar que o método de análise histórica que utiliza nesse livro, de fato já havia sido inaugurado nos outros três que o precedem, cada qual com seu objeto e sua especificidade arqueológica.

Isto posto, sob o viés de um diagnóstico histórico, podemos afirmar que a loucura é o problema em torno do qual se dirige a “escavação” da arqueologia foucaultiana em *História da loucura*; por sua vez, em o *Nascimento da clínica*, a história da clínica é o ponto explorado e trazido à superfície de sua investigação; no mesmo sentido, a história dos saberes indica o solo visado pela análise de Foucault, em *As palavras e as coisas*<sup>133</sup>. Se preferirmos, podemos ainda considerar a descrição arqueológica de Foucault como um instrumento de reflexão sobre discursos, o qual o filósofo utiliza para problematizar, de uma maneira nada trivial, certos tipos de saber e expor suas inextricáveis relações com o poder. Grosso modo, também poderia ser dito que Foucault introduz um discurso sobre a loucura no primeiro livro, um discurso sobre a medicina no segundo e, no terceiro, um discurso sobre *epistémês*.<sup>134</sup> Sobre o objeto do discurso ou a problematização suscitada pelo filósofo em *A Arqueologia do Saber*, falaremos mais adiante.

---

<sup>133</sup> MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007. *E-book* .

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel et. al. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 9. Sabemos que esta é uma forma esquematizada do pensamento de Foucault. Por outro lado, tal esquema nos permite, de um modo mais direto, que identifiquemos as especificidades das problematizações que ele promove em cada um desses livros. Vale mencionar o que disse o próprio Foucault sobre este tema: “Meu primeiro livro foi a história da loucura, quer dizer, um problema ao mesmo tempo de história do saber médico, de história das instituições médicas e psiquiátricas. Daí passei para uma análise da medicina em geral e das instituições médicas no início da modernidade da medicina; em seguida, para o estudo das ciências empíricas como a história natural, a economia política, a gramática.” “Kenryoku to chi” (“Poder e saber”; entrevista com S. Hasumi gravada Paris, dia 13 de outubro de 1977), Umi, dezembro de 1977, p. 240-256. No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 219.

## 2.1 CRÍTICA À HISTÓRIA DAS IDEIAS

Já em suas primeiras linhas de *A Arqueologia do Saber*, Foucault desfila algumas de suas críticas ao que chama de método tradicional de análise histórica. Ao manifestar sua contrariedade à maneira pela qual os historiadores configuram a divisão da história<sup>135</sup>, demonstra sua forte oposição à ideia de linearidade que estes sobrepõem aos seus procedimentos de análise. Para o filósofo, as “sucessões lineares”<sup>136</sup> emprestam uma falsa unidade à história das ideias, que por sua vez, oculta a existência de “interrupções em profundidade”<sup>137</sup> e a descontinuidade que lhe é própria. Logo, Foucault não faz parte da tradição que concedia um privilégio à razão no interior de “uma história cujo gradiente de verdade se deslocava em direção ascendente”.<sup>138</sup>

São as interrupções recebem a atenção especial de Foucault. Para ele, elas representam um fenômeno que exige um tipo mais específico de investigação e que, portanto, não pode ser ignorado. Em sua descrição arqueológica irá se apropriar do conceito bachelardiano de *ruptura*, para designá-las. Porém, diferentemente de Bachelard, seu projeto não visa fazer uma história epistemológica<sup>139</sup>. E, a partir do momento em que passa a analisar essas rupturas, a arqueologia de Foucault funda a possibilidade de estabelecer os critérios que vão lhe permitir demonstrar que a história, em vez de ser uma planície linear sobre a qual os acontecimentos se

---

<sup>135</sup> CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (A ilusão antropológica). Foucault demonstrava contrariedade e surpresa pelo fato de haver na cultura ocidental várias “histórias”, de forma a constituir-se separadamente “uma história da filosofia, uma história das ideias e uma história das ciências”. No primeiro caso, tendo como objeto de estudo os grandes sistemas do pensamento, no segundo, os “pensadores considerados ‘subfilosóficos’” e, por último, com a concessão de privilégio aos conhecimentos que reivindicam “maior rigor de cientificidade”.

<sup>136</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 3.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>138</sup> WEIZANMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFil online, 2013. p. 16. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2019/02/2-foucault-sujeito-poder-e-saber.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

<sup>139</sup> “[...] enquanto a epistemologia, pretendendo estar à altura das ciências, postula que a ciência ordena a filosofia, como diz Bachelard, a arqueologia, reivindicando sua independência em relação a qualquer ciência, pretende ser uma crítica da própria ideia de racionalidade; enquanto a história epistemológica, situada basicamente no nível dos conceitos científicos, investiga a produção de verdade na ciência, que ela considera como processo histórico que define e aperfeiçoa a própria racionalidade, a história arqueológica, que estabelece inter-relações conceituais no nível do saber, nem privilegia a questão normativa da verdade, nem estabelece uma ordem temporal de recorrências a partir da racionalidade científica atual.” MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 3. ed. Kindle. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007. (Introdução).

desdobram de uma forma contínua e progressiva, se constitui, na verdade, de um relevo cheio de acidentes, marcado por intersecções e cortes, depressões e camadas, que revelam ao observador-*arqueólogo*, sua irrevogável descontinuidade.

Como vimos, o núcleo conceitual do método proposto por Foucault pressupõe uma ideia radical que se contrapõe ao método de análise promovido pela história das ideias. É através dele que o filósofo problematiza os modos de repartição discursiva estabelecidos pela “história das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura”.<sup>140</sup> Esse redirecionamento metodológico identifica a rejeição de Foucault em relação à primazia do interesse pelas continuidades, pela tradição e pela ideia de uma subjetividade fundadora dos próprios acontecimentos. Sua análise é inteiramente direcionada às “transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos”.<sup>141</sup>

Na perspectiva foucaultiana, o que precisa ser evidenciado e compreendido são “as rupturas e as perturbações da continuidade”<sup>142</sup>, as quais, a história tradicional vê apenas como fenômenos a se desprezar “em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos”.<sup>143</sup> Nesse deslocamento metodológico, Foucault, fundamentalmente, põem sob suspeição os critérios pelos quais se isolam e se identificam “as unidades da ciência, de uma obra, de uma teoria”<sup>144</sup>. Além disso, sua crítica atinge diretamente as bases em torno das quais pode ser definido um “conceito ou um texto”.<sup>145</sup> Para ele, é imperativo “desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica”.<sup>146</sup> Neste contexto, sua crítica articula-se sob a alegação de que a história,

[...] em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser

---

<sup>140</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 4.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>142</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>145</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 8.

isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.<sup>147</sup>

Para o filósofo, houve uma importante reconfiguração relacional entre a história e a arqueologia (enquanto ciência que estuda uma cultura). “Se antes, era a arqueologia que se voltava para a história, agora é a história que se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento.”<sup>148</sup> No primeiro caso, com a intenção de dar-lhe sentido, para reestabelecer um discurso histórico subjacente. No segundo, para descrever o documento elevado à condição de monumento em um plano que ultrapassaria sua superfície de inscrição.<sup>149</sup> Essa reconfiguração, conforme Foucault, se desdobra em quatro consequências.

A primeira consequência evidencia uma “multiplicação das rupturas na história das ideias, a exposição dos períodos longos na história propriamente dita”.<sup>150</sup> Isto ocorre, conforme nos assevera, porque a história em seu modelo tradicional, avoca a função de “definir relações entre fatos ou acontecimentos dados”<sup>151</sup>, especialmente “de causalidade simples, de determinação circular, de antagonismo, de expressão”.<sup>152</sup> O que as rupturas estão a indicar, segundo o filósofo, é a necessidade de se constituir séries, ou seja, “definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou ‘quadros’”.<sup>153</sup>

A segunda consequência destaca, basicamente, a noção de descontinuidade nas disciplinas históricas.

---

<sup>147</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 8-9.

<sup>149</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 9.

<sup>151</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>152</sup> Ibidem, ibidem. Mais tarde, Foucault estende sua crítica e diz que a “história se atribuía a tarefa de tornar viva a totalidade do passado nacional. Essa vocação e esse papel da história devem ser agora revisados se quisermos separar a história do sistema ideológico em que ela nasceu e se desenvolveu. Ela deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes”. “*Rekishu heno kaiki*” (“Retornar à história”), *Paideia*, n.º 11: *Michel Foucault*, 1º de fevereiro de 1972, ps. 45-60. (Conferência pronunciada na Universidade de Keio em 9 de outubro de 1970). Texto estabelecido a partir de um dactilograma revisto por M. Foucault). No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 301.

<sup>153</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016, p. 9.

Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos - decisões, acidentes, iniciativas, descobertas - e **o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos.**<sup>154</sup>

Foucault está convencido de que esta aversão ao descontínuo permite a história deslizar sem sobressaltos sobre uma aparente superfície linear e ininterrupta de acontecimentos. Essa supressão garantiria a ideia de unidade e de coerência reivindicadas pela história. No interior desta dinâmica, o desprezo pelo descontínuo serve de operador para os historiadores suprimirem as rupturas e disfarçarem as descontinuidades dos acontecimentos.

Como terceira consequência, Foucault apresenta a hipótese de que uma “história global”<sup>155</sup> possa ser substituída pela emergência de uma “história geral”.<sup>156</sup> Para esclarecer o que entende por história global, o filósofo expõe que

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio - material ou espiritual - de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – o que se chama metaforicamente **o “rosto” de uma época.**<sup>157</sup>

Seu pensamento se opõe frontalmente a essa ideia. O seu interesse, associado à expectativa de se estabelecer uma história geral, consiste na possibilidade de reconfigurar-se o papel da história, onde a “história nova”<sup>158</sup>, teria como escopo principal

[...] determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries,

---

<sup>154</sup> Ibidem, p. 10, grifo nosso.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>156</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>157</sup> Ibidem, ibidem, grifo nosso.

<sup>158</sup> Ibidem, p. 13.

mas que "séries de séries" - ou, em outros termos, que "quadros" - é possível constituir.<sup>159</sup>

Nesta perspectiva, ao invés de privilegiar uma "visão de mundo"<sup>160</sup> centrada em um princípio unificador, uma história geral reuniria as condições metodológicas para descrever o "espaço de uma dispersão"<sup>161</sup> entre os fenômenos que analisa.

A quarta e última consequência trata de questões de método. O filósofo de Poitiers compreende que se impõe à história geral o desafio de superar problemas metodológicos, tantos os que lhe são anteriores, quanto aqueles, que a partir dela mesma, tornam-se possíveis de se identificar. Eis alguns, apontados diretamente por Foucault<sup>162</sup>:

- (a) a constituição de *corpus* coerentes e homogêneos de documentos;
- (b) o estabelecimento de um princípio de escolha;
- (c) a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes;
- (d) a especificação de um método de análise;
- (e) a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado; e, por fim
- (f) a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto.

As críticas à história tradicional e os desafios metodológicos postos à nova história, são os pressupostos de Foucault para formular e propor seu próprio instrumento de análise. Neste particular, ao mesmo tempo em que refuta uma análise histórica que privilegia o contínuo e a subjetividade, sugere como método um procedimento que não seja alheio à existência de rupturas e tampouco seja refratário à descentralização do sujeito. Um tipo de análise específica que permita não só explorar a superfície do solo ignorado das discontinuidades, mas a própria profundidade que lhe é encoberta. Nessa guinada vertical revela um importante deslocamento na posição do observador, aquele que deve descrever os espaços de dispersão dos acontecimentos: sua análise não deve mais partir do interior da própria história, mas do seu exterior, das bordas visíveis de seus "cortes, falhas e aberturas"<sup>163</sup> em direção as camadas mais inferiores.

---

<sup>159</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>160</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>161</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 206.

## 2.2 A ARQUEOLOGIA COMO MÉTODO

Vimos que *arqueologia* é o nome que Foucault escolhe para o tipo de análise histórica que propõe. Embora o filósofo já o tenha utilizado nos três livros que antecedem *A Arqueologia do Saber*, é neste último que a análise arqueológica é explicada enquanto método e aplicada para descrever os enunciados, os elementos do discurso e suas regras de formação.

A arqueologia concede a Foucault uma possibilidade singular para explorar as descontinuidades e refutar a “descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história”.<sup>164</sup> Neste sentido, a análise arqueológica vai se constituir num instrumento eficaz que rejeita o método da história das ideias juntamente com os temas centrais que circundam os procedimentos que utiliza, com por exemplo, “gênese, continuidade, totalização”.<sup>165</sup>

A história das ideias representa para Foucault uma “disciplina das linguagens flutuantes, das obras informes, dos temas não ligados. Análise das opiniões mais que do saber, dos erros mais que da verdade; não das formas do pensamento, mas dos tipos de mentalidade”.<sup>166</sup> Essas são razões capitais pelas quais o filósofo se opõe aos critérios adotados pela história das ideias.<sup>167</sup> Para marcar seu posicionamento, delimita enfaticamente a fronteira que distingue, afasta, e torna inconciliáveis, os dois métodos de análise histórica. No teor de sua estrutura argumentativa, destaca quatro diferenças fundamentais entre ambos.

A primeira delas aponta que a arqueologia, ao contrário da história das ideias, não está interessada em extrair do discurso uma subjetividade que lhe seria subjacente, mas tem por propósito, analisar “os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras”.<sup>168</sup> Neste caso, o discurso se constitui no objeto da arqueologia, aqui não mais considerado como “documento ou signo de outra coisa,

---

<sup>164</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 168-169.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>167</sup> Ibidem, ibidem. De forma negativa, Foucault destaca as dificuldades que surgem ao se tentar delimitar a disciplina da história das ideias. Para o filósofo, isto se dá pela maneira imprecisa que ela define seus objetos e pela ausência de uma especificação adequada de seus domínios. Não obstante, ainda critica o fato de a história das ideias utilizar métodos de análise de outras disciplinas e de lhe faltar rigor procedimental.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 169-170.

mas na qualidade de um monumento”<sup>169</sup> que precisa ser analisado na dimensão relacional onde se dá a sua formação ou acontecimento.

O segundo aspecto salienta que a arqueologia, nos discursos que analisa, tem a característica de ignorar as linearidades que engendram um começo e um fim, uma origem ou uma progressão. Para Foucault, a descrição arqueológica é uma análise das diferentes modalidades discursivas que se dirige às especificidades de suas regras de formação.<sup>170</sup> Seu objetivo, neste caso, é compreender como tais regras podem fazê-lo se consolidar em uma prática.

Outra distinção importante, entre a arqueologia e a análise histórica da história das ideias, é o fato de que a descrição arqueológica não ampara seu método no primado do sujeito. Assim, “a instância do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade, lhe é estranha”.<sup>171</sup> Na análise foucaultiana não existe um sujeito fundante, responsável pela coerência interna do discurso. O que há, em primeira perspectiva para ser analisado, é um conjunto de regras interdependentes e complexas que formam os enunciados que estruturam a formação discursiva.

Por fim, a última diferenciação entre os dois tipos de métodos se baseia na exclusão que a descrição foucaultiana opera sobre qualquer possibilidade que se ofereça como uma análise do tipo hermenêutica. A arqueologia “não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso”.<sup>172</sup> Não tem como escopo reestabelecer um percurso regressivo até a intenção do que foi dito quando foi proferido. Não procura revelar “o pensamento dos homens”<sup>173</sup> que estaria oculto sob o discurso. Seu objetivo é descrever o discurso em sua própria constituição de objeto, “em sua existência manifesta, como uma prática que obedece regras”<sup>174</sup>, nem mais, nem menos. Em linhas gerais, é desta maneira que compreendemos, em *A Arqueologia do Saber*, a forma pela qual Foucault define o seu método arqueológico e constitui o objeto de sua crítica, o discurso.

---

<sup>169</sup> Ibidem, p. 169-170.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>171</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>173</sup> “Michel Foucault explica seu último livro” (entrevista com J.-J. Brochier), *Magazine littéraire*, nº 228, abril-maio de 1969, ps. 23-25. No Brasil, em FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 152.

<sup>174</sup> Ibidem, ibidem.

### 2.3 AS “ARQUEOLOGIAS” DE FOUCAULT

É possível identificar, sem muita dificuldade, que há um certo encadeamento metodológico entre a *História da loucura*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*. São discursos singulares e originais, é verdade, e ainda que compartilhem do mesmo instrumento de análise, preservam, no interior dos cortes históricos que elegem, objetos distintos e bem determinados. Todavia, tais livros, quando analisados em conjunto, não deixam de se apresentar como uma espécie de projeto que, aos poucos, vai se constituindo e sendo refinado a partir de cada livro subsequente, ainda que esse, possa não ser o propósito deliberado de Foucault.

Também sabemos que há diversas maneiras de esquematizar a “fase arqueológica” de Foucault. Algumas delas, como vimos, se articulam a partir do próprio objeto que o filósofo pesquisa em cada livro. Fazendo uma breve síntese, verificamos que na *História da loucura*, a arqueologia efetua uma descrição crítica daquilo que se compreendia por louco no período do Renascimento e na idade clássica, até o conceito que a loucura vai receber na modernidade, centralizando o foco de sua análise na idade clássica. Já em *O nascimento da clínica*, num corte temporal mais estreito, a arqueologia investiga a história da clínica e se propõe a revelar como se dá o surgimento da medicina moderna, a partir do século XIX. Por sua vez, em *As palavras e as coisas*, a arqueologia explora no campo das positivities, a formação e a transformação dos saberes durante a Renascença à idade clássica, até a “invenção” das ciências humanas na modernidade. Finalmente, em *A Arqueologia do Saber*, constatamos que o objeto de interesse de Foucault se constitui no próprio discurso e no método pelo qual é possível descrever sua condição de emergência.

Assim, numa visão de conjunto, parece legítimo postular que nestes livros, a arqueologia, embora opere de um modo muito particular em cada um deles, ajusta o enquadramento de sua descrição filosófica em torno de um objeto geral: o saber. Em torno desta perspectiva, evidenciamos que a reflexão de Foucault problematiza o saber sobre a loucura e a doença mental, no primeiro livro; o saber sobre a medicina e a doença, no segundo; o saber sobre as ciências humanas (ou o saber sobre as condições históricas da positividade do próprio saber), no terceiro; e, no quarto livro,

o saber sobre o discurso e sobre sua própria arqueologia, enquanto instrumento de análise e historização destes saberes.

Porém, quando se observa cada discurso pela “lupa” foucaultiana, percebe-se que a análise do filósofo cria uma abertura para que se examine algo para além da questão do saber. A arqueologia, na medida em que analisa as formações discursivas, revela, também, que toda a prática de um saber pressupõe uma relação de poder. Tal condição, ao ser exposta, autoriza que se descreva uma interação necessária entre o saber e o poder, pelo menos, no entendimento de Foucault. Pois, para o filósofo, não há saber que se constituía sem o exercício de uma relação de poder e tampouco uma relação de poder que prescindia de um tipo de saber. Daí a possibilidade de Foucault ampliar sua visada e antecipar o objeto que irá analisar a partir dos anos setenta, período em que explora e identifica a estreita relação que se estabelece entre o saber e o poder.

Ainda que Foucault problematize o tema do poder de maneira mais explícita a partir de *Vigiar e Punir*, portanto, após sua “fase arqueológica”, é forçoso abordá-lo, seja por sua relação imediata com o saber, seja por estar diretamente articulado com sua “teoria da verdade”. E é isso que tentaremos demonstrar durante o desenvolvimento descritivo das “arqueologias” de Foucault. Porém, com a expectativa de manter uma certa vigilância procedimental durante o percurso, de modo a prevenir desvios temáticos ou reduções demasiadamente simplistas que rondam, sem trégua, as atividades de pesquisa que enfatizam apenas um dos múltiplos espectros do “caleidoscópio” filosófico foucaultiano.

### **2.3.1 Uma arqueologia da loucura**

Foucault inicia a *História da loucura* descrevendo e contextualizando o desaparecimento da lepra do mundo ocidental ao final da Idade Média. E não o faz de maneira desinteressada. Esse fenômeno vai gerar o esvaziamento dos leprosários, que entre os séculos V e XI, haviam se proliferado, aos milhares, por toda a Europa.

Estranho desaparecimento, que sem dúvida não foi o efeito, longamente procurado, de obscuras práticas médicas, mas sim o resultado

espontâneo dessa segregação e a consequência, também, após o fim das Cruzadas, da ruptura com os focos orientais de infecção.<sup>175</sup>

Nesta passagem, Foucault nos dá uma amostra de sua arqueologia em pleno movimento. Em termos da análise da descontinuidade, segue na mesma direção da epistemologia histórica, embora em domínios diferentes, se afastando daquela na medida em que procura evidenciar não os rastros deixados pelo progresso de um certo tipo de racionalidade, mas explorar, e tornar visíveis, as rupturas e as contingências que atravessam e influenciam toda a transformação de um saber.

Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão — essencialmente, essa forma maior de uma partilha rigorosa que é a exclusão social, mas reintegração espiritual.<sup>176</sup>

Foucault demonstra claramente sua intenção de descrever e problematizar os efeitos que o acontecimento inusitado deste enclausuramento promoverá nos discursos, quer sejam econômicos, políticos, sociais ou religiosos. O vazio dos leprosários faz surgir, inequivocamente, um espaço privilegiado onde será possível desenvolver uma nova forma de racionalidade a partir da exclusão do outro. A experiência com o isolamento dos leprosos se expande e modifica-se para uma prática de diferenciação e modos de sujeição, que vai alcançar, num primeiro momento, outros doentes (os acometidos por doenças venéreas); os rejeitados pela ordem econômica e social (pobres, vagabundos, desempregados e os criminosos); até aqueles que serão considerados como degenerados morais (prostitutas, adúlteros, sodomitas, etc.). Mais tarde, todas estas categorias marginalizadas ainda serão agrupadas sob uma única e totalizante rubrica, a da loucura.

---

<sup>175</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

<sup>176</sup> Ibidem, ibidem.

A questão central posta por Foucault é saber como a experiência da loucura pôde ser vista de modos tão diferentes em períodos históricos distintos, particularmente, na Renascença, na idade clássica e na modernidade. Subjacente a esta questão, surge uma outra, talvez mais impressionante: se a loucura nem sempre foi percebida ou entendida historicamente da mesma maneira, em que momento se deu a passagem de uma percepção da loucura para um outro tipo de entendimento e, ainda, quais são e de onde vêm os critérios pelos quais se define o louco? Historicizar a loucura, ou melhor, fazer sua arqueologia, é o procedimento que o filósofo utiliza para nos alcançar algumas possibilidades de resposta.

Seu ponto de partida, para marcar esta diferenciação histórica da experiência da loucura, é a *Nau do Loucos* da Renascença. Valendo-se de sua habilidade para relacionar reflexões filosóficas com discursos literários, ou mesmo com os enunciados expressos por meio de pinturas<sup>177</sup>, Foucault consegue presentificar como o louco tinha seu “livre” trânsito pela Europa, entre os séculos XIV a XVI.

Mas de todas essas naves romanescas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos.<sup>178</sup>

De uma forma geral, o que Foucault quer demonstrar é que “essa circulação dos loucos, o gesto que escorraça, sua partida e seu embarque não encontram todo seu sentido apenas no nível da utilidade social ou da segurança dos cidadãos”<sup>179</sup>. Há neste gesto, alguns rituais que se efetivam, cada um com seu próprio simbolismo e finalidade, mas que não deixem expor algumas contradições. Se de um lado, ao louco não será permitido o acesso às igrejas, de outro, a “Igreja não aplica sanções contra um sacerdote que se torna insano”.<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> Foucault usa como imagem emblemática desse fenômeno o quadro de Hieronymus Bosch, *O Navio dos Loucos*.

<sup>178</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

<sup>179</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>180</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*). Foucault cita um caso em Nuremberg, no ano de 1421, quando há a expulsão de um padre louco em “uma particular solenidade, como se a impureza se acentuasse pelo caráter sacro da personagem.” Destaca também, que havia

Mas, o que nos importa aqui, é o fato de que, embora os loucos pudessem ser banidos ou exilados para outros locais, serem mais ou menos acolhidos nessas localidades, eles não eram tratados como doentes ou tampouco lhes era excluída a possibilidade de terem algum convívio social. Pois, ainda que seu modo de viver fosse bastante peculiar e não menos repleto de adversidades ou sofrimentos, a esses “viajantes sem bússola”, a esses estrangeiros de si mesmos, não era negada, ainda que remotamente, a esperança de em algum porto atracar. Embarcados nessa prisão itinerante, nesse ritual de purificação das cidades de onde partiam,

[...] a navegação entrega o homem à incerteza da sorte: nela, cada um é confiado a seu próprio destino, todo embarque é, potencialmente, o último. É para o outro mundo que parte o louco em sua barca louca; é do outro mundo que ele chega quando desembarca.<sup>181</sup>

Não nos surpreende que a essa forma de se perceber a loucura, Foucault denomine de *experiência trágica*. Mas, para além desta imagem e sermos mais precisos metodologicamente, a verdadeira origem deste conceito pode ser encontrada no princípio que promove a separação e a rejeição que se efetiva sobre a loucura. Mais do que restringir os lugares em que é permitido ao louco perambular ou não, livremente, o que pretende a racionalidade renascentista, de fato, é interditar sua palavra.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ser que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda a ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber.<sup>182</sup>

---

situações de chicoteamento público de alguns loucos, e “no decorrer de uma espécie de jogo, serem em seguida perseguidos numa corrida simulada e escoraçados da cidade a bastonadas.”

<sup>181</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>182</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 10-11. Foucault ainda destaca essa contradição: “É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade”. Nos associamos a esta “estranheza” de Foucault. Principalmente, quando ele enfatiza a amplitude da oscilação dos critérios de valoração social

Entretanto, se no âmbito das artes pictóricas o louco aparece como um portador de um saber privilegiado, aquele que anuncia uma verdade somente a ele revelada, o profeta que “prediz ao mesmo tempo o reino de Satã e o fim do mundo”<sup>183</sup>, na “mesma época, os temas literários, filosóficos e morais da loucura”<sup>184</sup> o destituirão deste papel. A partir do século XIII, de acordo com Foucault, à loucura, atribuiu-se um lugar na “hierarquia dos vícios”. Uma posição intermediária, ou modesta, como o filósofo faz questão de reforçar. Todavia, com o advento da Renascença, a loucura, deslocada para a primeira posição nessa cadeia hierárquica, adquire o curioso privilégio de reinar “sobre tudo o que há de mau no homem”.<sup>185</sup> Este estranho papel atribuído ao louco é o ponto sobre o qual Foucault procura demonstrar a mudança radical que se efetiva sobre a percepção da loucura.

Apesar de tantas interferências ainda visíveis, a divisão já está feita; entre as duas formas de experiência da loucura, a distância não mais deixará de aumentar. As figuras da visão cósmica e os movimentos da reflexão moral, o elemento trágico e o elemento crítico irão doravante separar-se cada vez mais, abrindo, na unidade profunda da loucura, um vazio que não mais será preenchido. De um lado haverá uma Nau dos Loucos cheia de rostos furiosos que aos poucos mergulha na noite do mundo, entre paisagens que falam da estranha alquimia dos saberes, das surdas ameaças e da bestialidade dos tempos. Do outro lado, haverá uma Nau dos Loucos que constitui, para os prudentes, a Odisseia exemplar e didática dos defeitos humanos.<sup>186</sup>

Eis um resumo de como Foucault descreve o inaugurar, ainda na Renascença, de outra forma de percepção da loucura. A forma que irá esmaecer “a experiência trágica do insano”<sup>187</sup> e fará surgir, em seu lugar, a *experiência crítica* da loucura.<sup>188</sup> Nesta variação, o louco, de errante incauto e porta-voz de saberes cósmicos e verdades obscuras, passa a ser percebido como um pecador mundano,

---

atribuídos à palavra do louco, que transitam, como vimos, entre extremos (e, aparentemente, sem muito embaraço): da indiferença e/ou total nulidade à verdade oculta e/ou esperança profética.

<sup>183</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

<sup>184</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>185</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>186</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>187</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

<sup>188</sup> Ibidem, ibidem.

um violador da moral, “aquele que aceita o erro como verdade, a mentira como sendo realidade, a violência e a feiura como sendo a beleza e a justiça”<sup>189</sup>. Aos poucos a consciência crítica irá expandir o privilégio que concede à razão sobre a loucura, aumentando os seus contrastes e incompatibilidades. Não por acaso, Foucault recorre às observações (ou predições), que as “últimas palavras de Nietzsche e as últimas visões de Van Gogh despertaram”<sup>190</sup>, bem como, à obra de Artaud para explicar as futuras repercussões desse acontecimento. Em específico, ao destacar a importância de seus pensamentos e de sua arte a partir da singularidade de cada um e das contradições que cercam suas vidas. Mais ainda, quando tenta unificá-los em suas experiências particulares: “Sob a consciência crítica da loucura e suas formas filosóficas ou científicas, morais ou médicas, uma abafada consciência trágica não deixou de ficar em vigília”<sup>191</sup>. Neste contexto, podemos dizer que, embora a verdade do louco tenha representado um objeto constante da interdição renascentista, sua palavra, de fato, ainda não havia sido silenciada. Pelo menos, até a dúvida cartesiana. A partir de Descartes, de acordo com a interpretação de Foucault, a razão vai adquirir, na época clássica, um estatuto que lhe autoriza não mais somente separar e interditar, mas, fundamentalmente, excluir e silenciar a voz da loucura.

Para Foucault, o insano em sua loucura, em Descartes<sup>192</sup>, aparece como aquele que denuncia, por contraste, a ausência da razão, um contraponto negativo que valida se há ou não o bom funcionamento do *cogito*. Em termos epistemológicos, Foucault responsabiliza a filosofia de Descartes por colocar a loucura ao lado do erro, do engano, da falha que marca a impossibilidade de se ter acesso ao verdadeiro. Isto explicaria o alargamento da tutela da razão sobre a loucura a partir da Renascença, bem como, as consequências que advêm desse evento, na medida em que funda as

---

<sup>189</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>190</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>191</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>192</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (A Grande Internação). O posicionamento de Foucault é muito explícito sobre esta questão, principalmente quando cita Descartes, na primeira das *Meditações metafísicas*: “Como poderia eu negar que estas mãos e este corpo são meus, a menos que me compare com alguns insanos, cujo cérebro é tão perturbado e ofuscado pelos negros vapores da bília, que eles asseguram constantemente serem reis quando na verdade são muito pobres, que estão vestidos de ouro e púrpura quando estão completamente nus, que imaginam serem bilhas ou ter um corpo de vidro?”. Canguilhem endossa o posicionamento de Foucault ao comentar *As palavras e as coisas*: “Descartes é um dos artifices da repartição de normas que teve como efeito a instalação da loucura no espaço asilar, lá onde os psicopatologistas do século XIX a encontraram como objeto de saber”. CANGUILHEM, Georges. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Tradução: Fábio Ferreira de Almeida. Goiânia: Edições Ricochete, 2012. p. 7.

condições que farão emergir a nova experiência da loucura no classicismo. Foucault apresenta duas ideias (hipóteses) sobre as quais se instaura a possibilidade desse acontecimento. Na primeira delas, postula que:

“A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, loucura e razão entram em uma relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda a razão sua loucura na qual ela encontre sua verdade irrisória”.<sup>193</sup>

Nessa espécie de relação dualista arbitrada pela razão, o risco de uma insurgência da loucura nunca está ausente, por isso a necessidade de ela ser subjugada. Assim, dirá Foucault, “uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra”<sup>194</sup>.

A outra ideia de Foucault parte do princípio de que “a loucura torna-se uma das próprias formas da razão”. Assim, o seu sentido e o seu valor somente passariam a se constituir a partir do “próprio campo da razão”<sup>195</sup>. A loucura, compreendida desse modo, seria a voz abafada que escapa de seu interior, de seu avesso. A manifestação de uma potência oculta da própria razão que, em vigília, faz todo um esforço para controlar seu aparecimento.

Onde, pois, situá-la senão na própria razão, como uma de suas formas e talvez um de seus recursos? Sem dúvida, entre formas de razão e formas da loucura, grandes são as semelhanças. E inquietantes: como distinguir, numa ação prudente, se ela foi cometida por um louco, e como distinguir, na mais insensata das loucuras, se ela pertence a um homem normalmente prudente e comedido? “A sabedoria e a loucura”, diz Charron, “estão muito próximas. Há apenas uma meia-volta entre uma e outra. Isso se vê nas ações dos homens insanos”.<sup>196</sup>

Dessa relação ambivalente, dessa coexistência que se antagoniza e ao mesmo tempo se complementa e se individualiza, surge a experiência clássica da

---

<sup>193</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

<sup>194</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>195</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>196</sup> FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*. (*Stultifera navis*)

loucura, que será “marcada pelo índice negativo da desrazão”<sup>197</sup>. O símbolo máximo desse estranho dualismo é identificado e descrito por Foucault no fenômeno da “Grande Internação” ou “*The Great Confinement*”<sup>198</sup>. Acontecimento que se efetiva e espalha-se pelos principais países da Europa a partir segunda metade do século XVII, atravessando o campo político, econômico, social e moral, cujo marco histórico, se dá pela inauguração do Hospital Geral de Paris, em 1656. O corte arqueológico que marca o momento em que o louco será definitivamente apartado e excluído da sociedade e a loucura, finalmente, submetida ao silêncio pela racionalidade clássica. Pelo menos, até a intervenção de Esquirol e de Pinel, no final do século XVIII. Antes disso, o louco terá o estigma de ser a impossibilidade mesma da manifestação inequívoca do *cogito*, enquanto a loucura, um fenômeno que evidencia o ocultamento da razão, ao mesmo tempo em que se constitui na sua própria condição de verificabilidade. Durante este período, a loucura será algo bem mais próximo de uma falha de comportamento, de um objeto do juízo moral do que propriamente um elemento do discurso médico, um objeto do conhecimento. Em outras palavras, como Foucault demonstrará em *A Arqueologia do Saber*, uma positividade do campo do saber que se vincula a uma experiência prática que perpassa instituições diversas e que ainda não transpôs um limiar de cientificidade, o que a torna, portanto, num fenômeno estranho àquilo que a modernidade virá a definir como doença mental. Neste contexto, o confinamento do louco surge como o objeto da visada arqueológica que permite ao filósofo evidenciar um novo critério de normatividade e de modo de sujeição: a exclusão.

---

<sup>197</sup> MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007. E-book. (*Uma arqueologia da percepção*)

<sup>198</sup> Entendemos que este termo expressa melhor o sentido de exclusão como critério de distinção entre o que é considerado normal e aquilo que não é, que Foucault, a nosso juízo, pretende evidenciar. FOUCAULT, Michel; RABINOW, Paul. **The Foucault reader**: an introduction to Foucault's thought, with major new unpublished material. New York: Pantheon, Books, 1984. p. 124. “It is common knowledge that the seventeenth century created enormous houses of confinement; it is less commonly known that more than one out of every hundred inhabitants of the city of Paris found themselves confined there, within several months. It is common knowledge that absolute power made use of *lettres de cachet* and arbitrary measures of imprisonment; what is less familiar is the judicial conscience that could inspire such practices. Since Pinel, Tuke, Wagnitz, we know that madmen were subjected to the regime of this confinement for a century and a half, and that they would one day be discovered in the wards of the Hôpital Général, in the cells of prisons; they would be found mingled with the population of the workhouses or *Zuchthiiusern*”.

### 2.3.2 Uma arqueologia da medicina

Em *O Nascimento da Clínica*, Foucault expõe seu projeto já no início do prefácio: “Este livro trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar”<sup>199</sup>. Nos dez capítulos do livro, articula o significado destes termos com a medicina do século XVIII e do século XIX, delimitando as diferenças entre os dois tipos de discurso médico, especialmente, suas contradições e transformações. Dito de um modo mais específico, aborda, em termos conceituais, como a doença é compreendida em cada um dos períodos, como se constitui em cada época e de que maneira sua variação de sentido ou de nível se dá no período clássico até a modernidade.

Como sabemos, Foucault não é um epistemólogo, portanto, sua análise não pretende fazer uma recorrência histórica, isto é, partir de um conceito atual, de uma verdade do presente que opera como critério sancionador ou de refutação sobre uma racionalidade científica que lhe é anterior. Foucault, enquanto arqueólogo, explora as rupturas, as transformações de um determinado saber, sobre a doença neste caso, em sua própria emergência histórica, isto é, investiga as condições que permitiram que num dado momento ele tenha podido se constituir como uma verdade e, fundamentalmente, define o acontecimento que marca a alteração desse *status*. Daí o privilégio que sua análise dá ao olhar médico, ainda que parta do exame da linguagem, do discurso médico. Para sermos mais precisos, é “através da correlação entre a linguagem médica e seu objeto que ele pretende analisar o modo como diferentes tipos históricos de medicina se exercem, assinalando rupturas arqueológicas a partir das transformações do ‘olhar médico’”<sup>200</sup>. Ainda no prefácio, ao comparar dois textos médicos de cada um dos períodos, ambos produzidos em um intervalo de poucas décadas, Foucault explica esta diferença de nível entre os discursos:

Entre o texto de Pomme que conduzia os velhos mitos da patologia nervosa à sua última forma e o de Bayle que descrevia, para uma época que ainda e a nossa, as lesões encefálicas da paralisia geral, a diferença é ínfima e total. Total para nós, na medida em que cada palavra de Bayle,

---

<sup>199</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. VII.

<sup>200</sup> MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007. *E-book*.

em sua precisão qualitativa, guia nosso olhar por um mundo de constante visibilidade, enquanto que o texto precedente nos fala a linguagem, sem suporte perceptivo, das fantasias.<sup>201</sup>

Tendo a linguagem como ponto de partida, Foucault põe em evidência a discrepância entre os dois tipos de discurso. Seu objetivo, ao demonstrar esta diferença em um período histórico tão curto, fundamentalmente, é compreender como essa variação tão significativa ocorreu e as consequências que esta mudança trouxe para medicina moderna. Assim, ao historicizar a doença, Foucault faz emergir as condições *a priori* que tornaram possível um outro tipo de saber médico, em última análise, o que permitiu que surgisse um discurso com a pretensão de cientificidade sobre a doença, radicalmente diferente do anterior.

Para apreender a mutação do discurso, quando esta se produziu é, sem dúvida, necessário interrogar outra coisa que não os conteúdos temáticos ou as modalidades lógicas e dirigir-se à região em que as “coisas” e as “palavras” ainda não se separaram, onde, ao nível da linguagem, modo de ver e modo de dizer ainda se pertencem. Será preciso questionar a distribuição originária do visível e do invisível, na medida em que está ligada à separação entre o que se enuncia e o que é silenciado: surgirá então, em uma figura única, a articulação da linguagem médica com seu objeto.<sup>202</sup>

Esta questão é central para compreendermos o que torna possível a emergência histórica da medicina moderna ao final do século XVIII. Quando a arqueologia descreve o recuo que a medicina faz sobre si mesma, ao momento em que no discurso que produz se verifica uma correspondência imediata entre o modo de ver e o modo de dizer o que vê. Uma espécie de regressão na direção de sua positividade, “à modéstia eficaz do percebido”<sup>203</sup>, ao acontecimento que marca a ruptura do primado da imaginação sobre a descrição. Assim, a arqueologia foucaultiana, para além de dirigir-se a um *logos* médico, a um tipo de racionalidade que funda a possibilidade da medicina se constituir como ciência clínica, direciona-se, também, para o espaço que autoriza a própria experiência médica emergir

---

<sup>201</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. VIII.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. XIX-X.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. X.

historicamente e demonstra, nesta articulação, a condição mesma de sua existência, o seu “*a priori* concreto”<sup>204</sup>. A clínica surge desta imbricação, neste corte que marca o silenciamento do discurso médico que antecede à análise do doente, em benefício de uma “escuta” daquilo que o médico, de fato, pode ver na superfície do corpo que examina. Quando a verdade da doença passa a ser “ditada” mais pelo corpo do doente do que pela cabeça dos médicos.

A coincidência exata do “corpo” da doença com o corpo do homem doente é um dado histórico e transitório. Seu encontro só é evidente para nós, ou melhor, dele começamos apenas a nos separar. O espaço de *configuração* da doença e o espaço de *localização* do mal do corpo só foram superpostos, na experiência médica, durante um curto período; o que coincide com a medicina do século XIX e os privilégios concedidos à anatomia patológica.<sup>205</sup>

O que predominava no período anterior, no século XVIII, nos mostra Foucault, era uma medicina classificatória, que seguia um princípio de ordenação lógica herdado da botânica, a partir da descrição de tipos, gêneros e espécies. Neste modelo, a primazia do interesse médico centraliza-se na doença e não, propriamente, no doente. Assim, para que possa “conhecer a verdade do fato patológico, o médico deve abstrair o doente”<sup>206</sup>, deve guiar seu olhar por aquilo que já se sabe sobre a doença e não pelas contingências que afligem o corpo debilitado. Para o “pensamento classificatório”<sup>207</sup>, a doença somente pôde existir “na medida em que ele a constitui como natureza; e, no entanto, sempre aparece um pouco deslocada com relação a ele, por se oferecer em um doente real, aos olhos de um médico previamente armado”<sup>208</sup>.

Neste caso, a arqueologia de Foucault evidencia a defasagem que há na medicina clássica, especificamente entre o seu sistema teórico e a experiência médica que se oferece através do corpo do doente. Descreve o desnível epistemológico entre o espaço plano do quadro teórico nosográfico e o espaço tridimensional do corpo, enquanto objeto empírico de várias camadas, *habitat* da doença e condição mesma

---

<sup>204</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. XIV.

<sup>205</sup> Ibidem, p. 1-2.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>208</sup> Ibidem, ibidem.

de sua possibilidade. Expõe que o olhar médico da época, aos olhos da modernidade, não passa de uma tentativa malsucedida de localização do ser da doença na superfície material do corpo. Que “dirige-se ao que há de visível na doença, mas a partir do doente, que oculta este visível, mostrando-o; conseqüentemente, para conhecer, ele deve reconhecer”<sup>209</sup>. E para que isso aconteça, para que a verdade da doença seja atingida, “ao próprio mal” deve ser permitido realizar-se em sua natureza, para que possa, finalmente, ser observado<sup>210</sup>, o que reduz o doente “apenas a um elemento negativo”<sup>211</sup>. Neste primeiro momento o “lugar natural da doença é o lugar natural da vida”<sup>212</sup>, o domicílio familiar, o local privilegiado da experiência médica que prioriza observá-la em um espaço livre da “opressão hospitalar”<sup>213</sup>. Espaço este, que sofre um significativo deslocamento devido ao fenômeno das epidemias.

De acordo com Foucault, por conta da criação da Sociedade Real de Medicina<sup>214</sup>, no ano de 1776, a medicina das epidemias em oposição a uma medicina das classes, vai se constituir no acontecimento político que torna possível esta mudança. O momento em que o olhar privado e individualizado sobre a doença migra para um espaço institucional que privilegia o coletivo, mas ainda sob a influência de uma pedagogia clínica<sup>215</sup>. Um lugar controlado que tenta conciliar a observação e a prática da médica, catalogando e articulando o compartilhamento desse saber. Para Foucault, é o advento da patologia das pandemias que faz com que a doença deixe de ser percebida como um mal que afeta apenas um indivíduo e seus familiares e passe a ser vista como um acontecimento de larga escala, um fenômeno social. Nesta

---

<sup>209</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. 8.

<sup>210</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>213</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>214</sup> Foucault ainda destaca os embates entre a Sociedade Real de Medicina e a Faculdade, bem como, o papel que aquela assumirá, não se restringindo a atuar como um órgão de controle das epidemias, mas também como “um local de centralização do saber, uma instância de registro e de julgamento de toda a atividade médica”. Ibidem, p. 30.

<sup>215</sup> O uso do conceito de clínica, como o compreendemos em Foucault, pode gerar algumas ambigüidades. Ora pode ser entendido como uma forma particular de ensino, um tipo de metodologia ou um tipo próprio de saber médico, uma disciplina, por exemplo. Ora pode ser compreendido como o lugar onde se dará essa aprendizagem, o ambiente que oportuniza a análise da doença enquanto objeto teórico de interesse, ou seja, o local onde o doente se apresenta como o objeto empírico que permite à teoria médica ser ou não demonstrada. O ponto que pretendemos destacar aqui é a defasagem epistemológica que ainda há entre o discurso médico (saber) e a experiência médica (prática): “A clínica não é um instrumento para descobrir uma verdade ainda desconhecida; é uma determinada maneira de dispor a verdade já adquirida e de apresentá-la para que ela se desvele sistematicamente”. Ibidem, p. 66.

nova configuração, a Sociedade Real de Medicina torna-se “o órgão oficial de uma *consciência coletiva* dos fenômenos patológicos; consciência que se manifesta, ao nível da experiência como ao nível do saber, tanto de forma cosmopolita quanto no espaço da nação”<sup>216</sup>.

O lugar em que se forma o saber não é mais o jardim patológico em que Deus distribui as espécies; é uma consciência médica generalizada, difusa no espaço e no tempo, aberta e móvel, ligada a cada existência individual, mas também à vida coletiva da nação, sempre atenta ao domínio indefinido em que o mal trai, sob seus aspectos diversos, sua grande forma.<sup>217</sup>

Alteração importante, mas que Foucault ainda entende ser insuficiente para permitir a emergência do tipo de saber médico que fundará a medicina moderna, posto que no século XVIII, a clínica dever ser compreendida como

[...] uma figura muito mais complexa do que um puro e simples conhecimentos de casos. E, no entanto, ela não desempenhou papel específico no movimento do conhecimento científico; forma uma estrutura marginal que se articula com o campo hospitalar sem ter a mesma configuração que ele; visa à aprendizagem de uma prática que ela resume mais do que analisa; agrupa toda a experiência em torno dos jogos de um desvelamento verbal que nada mais é do que sua simples forma de transmissão, teatralmente retardada.<sup>218</sup>

Grosso modo, entre o médico e a doença, para a racionalidade clínica, o doente se encontra mais na condição de algo a ser contornado do que uma possibilidade empírica de conhecer o mal que o atravessa. Neste aspecto, diferentemente do hospital, onde “o doente é *sujeito* de sua doença, o que significa que ele constitui um *caso*; na clínica, onde se trata apenas de *exemplo*, o doente é o acidente de sua doença, o objeto transitório de que ela se apropriou”<sup>219</sup>. Daí a incapacidade de a instituição clínica promover uma ruptura radical na ordem do discurso vigente da medicina, posto que “era ainda por demais derivada das formas

---

<sup>216</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>217</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 66.

constituídas do saber para ter uma dinâmica própria e acarretar, apenas por sua própria força, uma transformação geral do conhecimento médico”.<sup>220</sup>

Compreendida desta maneira, a clínica poderia ser definida como um procedimento que mira os efeitos de superfície no corpo doente com o objetivo de enquadrá-los na representação, sempre antecipada, do ser da doença, que por sua vez, faz mais parte de um sistema teórico fechado do que um dado da realidade da doença. Embora, aparentemente, não haja contradição neste raciocínio, nos parece equivocado reduzir a clínica a isso. O próprio Foucault apresenta vários elementos que nos levam a acreditar na relevância do papel da clínica para a efetivação de mudanças importantes no campo do saber médico, ainda que estas, não impliquem, no sentido arqueológico do termo, em uma ruptura.

Selle dizia que a clínica nada mais era do “que o próprio exercício da medicina junto ao leito dos doentes”, e que, deste modo, ela se identificava com a “medicina prática propriamente dita”. Muito mais do que uma retomada do velho empirismo médico, a clínica é a vida concreta, uma das aplicações da primeira Análise. Tanto mais que, ao experimentar sua oposição aos sistemas e às teorias, ela reconhece seu imediato parentesco com a filosofia [...]. A clínica abre um campo que se tornou “visível” pela introdução no domínio patológico de estruturas gramaticais e probabilísticas. Estas podem ser historicamente datadas na medida em que são contemporâneas de Condillac e de seus sucessores. Com elas, a percepção médica se liberta do jogo da essência e dos sintomas, como também do, não menos ambíguo, da espécie e dos indivíduos: desaparece a figura que fazia girar o visível e o invisível segundo o princípio de que o doente ao mesmo tempo oculta e mostra a especificidade de sua doença.<sup>221</sup>

Consequentemente, deverá ser de outra ordem o acontecimento que conduzirá a uma transformação radical do saber médico em seu aspecto mais geral. Saber novo que somente pode se constituir a partir da modificação desta percepção médica inaugurada pela clínica. Mas, para que essa ruptura de fato aconteça, ainda será necessário que seja outro o *a priori* histórico. Uma condição que possibilite ao olhar, originalmente de superfície, mirar em profundidade naquilo que ainda estava oculto e, portanto, estranho ao saber clínico. Essa passagem, essa zona de transição

---

<sup>220</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. 69.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 119.

entre estes tipos de saberes, somente se torna epistemologicamente possível pelas mãos de Bichat.

Com Bichat, o conhecimento da vida encontra sua origem na destruição da vida e em seu extremo oposto; é à morte que a doença e a vida dizem sua verdade: verdade específica, irreduzível, protegida de todas as assimilações ao inorgânico pelo círculo da morte que as designa no que elas são [...]. Do início do Renascimento até o final do século XVIII, o saber da verdade fazia parte do círculo da vida que se volta sobre si mesma e se observa; a partir de Bichat, ele é deslocado com relação à vida, e dela é separado pelo intransponível limite da morte, no espelho da qual ele a contempla.<sup>222</sup>

Surge daí a possibilidade de uma anatomia patológica. É através de Bichat, que “o olhar médico gira sobre si mesmo e pede à morte contas da vida e da doença”<sup>223</sup>. Com ele, funda-se, enfim, uma nova forma de se compreender os sintomas pela análise dos “fenômenos mórbidos”<sup>224</sup>. Agora, não mais como um conjunto de representações metafísicas que encerram sobre si mesmas o significado dos signos de sua linguagem, mas como signos da manifestação da verdade da doença, enquanto parte constitutiva de sua totalidade visível. Verdade que é positivamente verificável, na medida em que emerge da análise de um fenômeno empírico que é objeto da razão e não o produto de sua criatividade. Sob este viés, a arqueologia de Foucault, nos mostra que somente “quando a morte se integrou epistemologicamente à experiência médica”, foi possível à doença “se desprender da contranatureza e *tomar corpo no corpo vivo* dos indivíduos.”<sup>225</sup> Assim, a reorganização do discurso científico, cujo modo de descrição “é ao mesmo tempo gesto de desvelamento”, funda-se “no espaço discursivo do cadáver”, seu “interior revelado” e,

---

<sup>222</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. 167.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 167.

<sup>224</sup> Foucault destaca que “a partir de Bichat, o fenômeno patológico é percebido tendo a *vida* como pano de fundo, ligando-se assim, às formas concretas e obrigatórias que ela toma em uma individualidade orgânica.” Neste caso, “cada conjunto mórbido se organiza segundo o modelo de sua individualidade viva: há uma vida dos tubérculos e cânceres; há uma vida da inflamação; o velho retângulo que a qualificava (tumor, rubor, calor e dor) é insuficiente para restituir seu desenvolvimento ao longo das diversas estratificações orgânicas [...]”. Por essa razão, deve se compreender os fenômenos mórbidos “a partir do próprio texto da vida e não de uma essência nosológica.” Em resumo, em vez de privilegiar a fixidez do quadro nosológico, o olhar médico orienta-se pela dinâmica do movimento do organismo vivo. Ibidem, p. 174.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 227.

se constitui na condição mesma para a emergência histórica “de uma medicina que se dá e que recebemos como positiva”.<sup>226</sup>

### 2.3.3 Uma arqueologia das ciências humanas

Em *As palavras e as coisas*, Michel Foucault utiliza seu método arqueológico para explorar e descrever as condições de emergência dos saberes sobre o homem, ou seja, dos saberes referentes ao domínio das ciências humanas. O pressuposto metodológico que guia sua análise, parte da ideia de que cada cultura é constituída por “códigos fundamentais”<sup>227</sup>, os quais regulariam a forma de organização de “sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas”<sup>228</sup>. Tais códigos, na perspectiva de Foucault, são anteriores a cada homem e determinam “as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais [necessariamente] se há de encontrar”<sup>229</sup>. Não obstante a essas ordens empíricas, que condicionam o modo de ser do homem, Foucault nos indica a interveniência de teorias científicas ou interpretações filosóficas que pretendem explicar “por que em geral há uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta ordem estabelecida e não outra”.<sup>230</sup> Nesse entremeio, nessa região entre “o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo”<sup>231</sup> que há em toda cultura, neste vão difuso de possibilidade que surge “entre o uso do que se poderia chamar de códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem”<sup>232</sup>, encontramos o objeto de interesse de Foucault. Região que ele denomina de “a experiência nua da ordem e de seus modos de ser”<sup>233</sup>.

De tal sorte que essa região “mediana”, na medida em que manifesta os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental:

<sup>226</sup> FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. p. 226.

<sup>227</sup> Podemos associar esse conceito, de modo provisório, ao de *epistémê* ou ao de *a priori* histórico. O conceito de *epistémê* somente é definido por Foucault em *A arqueologia do saber. Sobre a priori* histórico, falaremos no Capítulo 4.

<sup>228</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XVI.

<sup>229</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>230</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>231</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>232</sup> Ibidem, p. XVIII.

<sup>233</sup> Ibidem, ibidem.

anterior às palavras, às percepções e aos gestos, incumbidos então de traduzi-la com maior ou menor exatidão ou sucesso (razão pela qual essa experiência da ordem, sem seu ser maciço e primeiro, desempenhará sempre um papel crítico); mais sólida, mais arcaica, menos duvidosa, sempre mais “verdadeira” que as teorias que lhes tentam dar uma forma mais explícita, uma explicação exaustiva, ou um fundamento filosófico.<sup>234</sup>

Havíamos visto, em *História da loucura* e em *O nascimento da clínica*, que a filosofia de Foucault é circunscrita historicamente. Aqui não é diferente. Em *As palavras e as coisas*, a arqueologia vai procurar, nos acontecimentos discursivos que emergem nesta experiência de ordem, a condição que torna possível o saber sobre o homem. Trata-se de uma historização dos saberes, cujo recorte temporal contempla o mesmo período abarcado em *História da loucura*: Renascimento, idade clássica e modernidade. Embora seja um tipo de pesquisa com viés epistemológico, Foucault explora uma região mais geral do saber, ainda estranha ao domínio de uma cientificidade. Portanto, a análise que faz não é da mesma natureza daquela da epistemologia histórica, do epistemólogo, cujo domínio de interesse é o *conhecimento*, estritamente falando; Foucault se coloca na posição de arqueólogo e utiliza sua arqueologia como método para explorar nas camadas mais profundas da ordem estabelecida, *saberes* historicamente situados, anteriores ao discurso científico e que não irão, necessariamente, integrá-lo. Por isso,

Tal análise, como se vê, não compete à história das ideias ou das ciências: é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual *a priori* histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem.<sup>235</sup>

Assim, a arqueologia, em *As palavras e as coisas*, visa demonstrar duas transformações importantes na ordem do saber do ocidente, “duas grandes descontinuidades na *epistémê* da cultura ocidental: aquela que inaugura a idade

---

<sup>234</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XVII.

<sup>235</sup> Ibidem, p. XVIII.

clássica (por volta dos meados do século XVII) e aquela que, no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade”<sup>236</sup>.

Não por acaso, tal delimitação circunscreva a emergência do *cogito* cartesiano e do sujeito *transcendental* kantiano, filosofias com as quais Foucault dialoga ao longo de todo seu livro e articula o seu discurso dos saberes. Se de um lado, o pensamento de Descartes é a ordem reflexiva sob a qual se dá a passagem da *epistémê* do Renascimento (semelhança) para a idade clássica (*máthêsis universalis*), a filosofia de Kant, por sua vez, é a que vige quando ocorre a mudança da *epistémê* clássica para a *epistémê* moderna (disposta, fundamentalmente, sobre o saber da analítica da finitude e do humanismo). Este espaço reflexivo que há entre um discurso filosófico e outro, entre o momento em que a razão recebe o estatuto inequívoco de sua própria capacidade e aquele em que se faz a crítica sobre suas condições de possibilidade, articula-se com o espaço histórico em que se manifestam, e se materializam, os códigos ordenadores de cada época. Ali, onde ambos espaços se entrecruzam e sobrepõem, entre o pensamento que ultrapassa o seu instante e o discurso que se exterioriza sobre um fundo de práticas cotidianas, é o ponto de aplicação da arqueologia e a abertura que permite a Foucault desenvolver toda sua crítica. Não na direção dos efeitos de superfície que dão visibilidade à manifestação discursiva, mas ao encontro da profundidade que revela sua condição mesma de emergência, no interior de uma determinada positividade que não cessa de se modificar e de revelar sua verdade.

Após uma breve e esclarecedora descrição da semelhança como princípio básico de organização no Renascimento, Foucault dedica a maior parte de *As palavras e as coisas* à análise detalhada da *episteme* da Época Clássica, que se transforma na relação da representação com a *mathesis*. Somente com este distanciamento foi-lhe possível estudar a Modernidade. O distanciamento do método arqueológico permite-lhe caracterizar a Modernidade com a Idade do Homem e mostrar que o “homem” é um tipo de sujeito e objeto total de seu próprio saber, o que confere às ciências humanas uma estrutura particularmente confusa e enfraquecida.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XIX.

<sup>237</sup> DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução: Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.23.

Por questões metodológicas, daremos enfoque à análise que Foucault faz sobre a modernidade, período em que descreve as condições que tornam possíveis o discurso antropológico das ciências humanas. Abordaremos este tema e a respectiva exposição argumentativa de Foucault no próximo capítulo, de modo a poder melhor relacioná-los com aquilo que entendemos ser a *verdade* em seu pensamento.

### Capítulo 3: SABER E VERDADE

Em *As Palavras e as Coisas*, vimos que Foucault assume que cada cultura dispõe de códigos fundamentais próprios, historicamente constituídos e que se antecipam ao homem enquanto fenômeno empírico. Tais códigos o sujeitariam a um ambiente ordenado por certas pré-condições que regulam seu modo de vida e sua relação com o mundo. Para o filósofo, esta ordem também é objeto de um conhecimento reflexivo, cujo conteúdo é determinado por um discurso do tipo científico ou de categoria filosófica. Com esta breve retomada do capítulo anterior, reforçamos o ponto de interesse da análise arqueológica de Foucault, que, neste caso, vai se localizar em uma região intermediária entre os códigos fundamentais ou ordenadores e a própria problematização desta ordem.

Partimos desta contextualização para identificar alguns dos principais aspectos em torno dos quais Foucault edifica a argumentação que utiliza para definir o objeto (a região mediana) que irá investigar em *As Palavras e as Coisas*. Agora, já podemos circunscrever o *território* em que o filósofo irá aplicar o método arqueológico: o ponto de inflexão que o permite descrever o limiar onde “apareceu pela primeira vez esta estranha figura do saber que se chama homem e que abriu um espaço próprio às ciências humanas”.<sup>238</sup> Antes, precisamos destacar que Foucault não pretende analisar “conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer”, operando de modo sancionador, em caráter de refutação ou de validação, associado a um sentido de atualização histórica a partir daquilo que já se sabe no presente. Não, o que Foucault almeja, de fato, é evidenciar na superfície de um

[...] campo epistemológico, a *epistémê* onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico.<sup>239</sup>

<sup>238</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XXII.

<sup>239</sup> Ibidem, p. XVIII-XIX.

Assim, o filósofo retoma a exploração das aberturas tornadas visíveis pelas descontinuidades históricas, porém, no campo epistemológico, em um espaço de saber muito específico. Mais propriamente, na direção das transformações particulares que ocorrem na ordem dos saberes subjacentes que ele denomina de *epistémê*, cuja singularidade histórica irá descrever em três períodos bem distintos. Em vista disso, a *epistémê*, em *As Palavras e as Coisas*, se traduz no objeto da investigação arqueológica de Foucault.<sup>240</sup> São as *epistémês* que o método do filósofo procura identificar e descrever no interior dos períodos históricos que analisa. Neste movimento horizontal, sua pesquisa sobre o pensamento do ocidente é orientada pela intenção de demonstrar os “sistemas de saber subjacentes”<sup>241</sup> que o configuram. É o que Foucault procura fazer de um modo bastante original, quando descreve, por exemplo, o ponto comum que aproxima disciplinas tão diferentes, como a gramática geral, a história natural e a análise das riquezas. No mesmo sentido, quando explica a maneira como tais discursos vão dar lugar à filologia, à biologia e à economia política, sem que isso se caracterize por meio de algum traço progressivo de continuidade, mas ao contrário: por demonstrarem a existência de interrupções, de rupturas, de descontinuidades.

O recorte histórico da arqueologia foucaultiana vai privilegiar o período renascentista (século XIV-XVI), momento em que o fundo epistêmico é identificado pela *semelhança*; o período clássico (século XVII-XVIII), cuja *epistémê* é caracterizada pela *representação*; e, finalmente, a modernidade (século XIX-XX), período em que é indicada a *analítica da finitude* como a condição de possibilidade do saber subjacente constituinte desta época. Esta é uma descrição sumarizada daquilo que é apresentado por Foucault na extensa e detalhada análise arqueológica de *As Palavras e as Coisas*. Mas vale destacar que esta “concepção monolítica”<sup>242</sup> da *epistémê* não é a mesma que o filósofo utiliza em *A Arqueologia do Saber*. Neste livro, que sucede *As Palavras e as Coisas*, é perceptível que o objeto de seu interesse se expande e passa a abarcar, como já vimos, o domínio das formações discursivas. Esse deslocamento permite a Foucault ampliar o ângulo de alcance de sua visada arqueológica, agora no sentido mais vertical. Isto o facultava descrever e isolar o

<sup>240</sup> CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 139.

<sup>241</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XX.

<sup>242</sup> CASTRO, op. cit., p. 139.

conjunto de enunciados em sua dispersão histórica, despojado do filtro das unidades discursivas tradicionais e do engendramento operado pelas figuras do autor e da obra. A *epistémê* é estrategicamente posta de lado para fundar-se uma “história arqueológica do discurso”<sup>243</sup>, cuja passagem torna-se fundamental para compreendermos como Foucault lida com a questão da verdade em sua filosofia.

Neste sentido, podemos adiantar, pelo menos numa perspectiva mais geral, que a verdade é compreendida por Foucault como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros”<sup>244</sup>. Isto significa que, para o filósofo, a verdade não seria uma categoria indelével, universal, que atravessa a história desde o seu começo, aguardando ser revelada e cujo lugar próprio lhe confere um atributo de estabilidade ou mesmo uma objetividade que, por sua vez, é endossada por uma “instância suprema”<sup>245</sup> que validaria seu conteúdo ao longo dos tempos. Absolutamente, não é este o caso. Para Foucault,

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>246</sup>

Consequentemente, não sendo a verdade algo exterior ao mundo e ao tempo do homem, não é nada mais, nada menos, que o resultado daquilo que por ele é produzido em condições historicamente situadas, notadamente marcadas pelas contingências, embates e contradições que também determinam formas específicas

---

<sup>243</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 205.

<sup>244</sup> “Kenryoku to chi” (“Poder e saber”; entrevista com S. Hasumi gravada Paris, dia 13 de outubro de 1977), *Umi*, dezembro de 1977, p. 240-256. No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 224.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>246</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 52.

de subjetivação. A partir desta perspectiva, acreditamos já ser possível identificar a presença de uma relação inextrincável entre as práticas discursivas e a produção da verdade ou, a relação entre o saber e o poder no pensamento de Foucault. Relação esta, que exploraremos de forma mais detalhada mais adiante, naquilo que for, evidentemente, pertinente ao objeto deste trabalho.

### 3.1 O A *PRIORI* HISTÓRICO

Para Foucault, a positividade<sup>247</sup> de um discurso desempenha o papel de um *a priori* histórico que “caracteriza-lhe a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos”.<sup>248</sup>

Essa unidade, certamente, não permite decidir quem dizia a verdade, quem raciocinava rigorosamente, quem se adaptava melhor a seus próprios postulados: Lineu ou Buffon, Quesnay ou Turgot, Broussais ou Bichat; ela não permite, tampouco, dizer qual das obras estava mais próxima de uma meta inicial ou última, qual delas formaria mais radicalmente o projeto geral de uma ciência. No entanto, permite o aparecimento da medida segundo a qual Buffon e Lineu (ou Turgot e Quesnay, Broussais e Bichat) falavam da “mesma coisa”, colocando-se no “mesmo nível” ou a “mesma distância”, desenvolvendo “o mesmo campo conceitual”, opondo-se sobre “o mesmo campo de batalha”; e ela faz aparecer, em compensação, a razão pela qual não se pode dizer que Darwin fala da mesma coisa que Diderot, que Laennec dá continuidade a Van Swieten, ou que Jevons se segue aos fisiocratas.<sup>249</sup>

Deste modo, entendemos que, para Foucault, as obras, os livros e seus autores, em sua multiplicidade e dispersão, bem como os textos que possam ser identificados e isolados no interior de uma mesma unidade discursiva, “se comunicam pela forma de positividade de seus discursos”.<sup>250</sup> Isto significa dizer que este conjunto de enunciados compartilham de um mesmo *a priori* histórico, ou seja, de um mesmo campo de saber que opera de maneira interdiscursiva e se constitui na condição que torna historicamente possível a emergência de outros discursos que, por sua vez,

---

<sup>247</sup> CASTRO, op. cit., p. 336. Positividade aqui entendida como o termo “para referir-se à análise discursiva dos saberes do ponto de vista arqueológico”.

<sup>248</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 154-155.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 154-155.

terão sua própria historicidade. Aqui, o termo *a priori* não tem a pretensão de atribuir a “condição de validade para juízos, mas a condição de realidade para enunciados”<sup>251</sup>, ou ainda, definir uma superfície de exterioridade que lhes é anterior e que autoriza o seu aparecimento. Em outras palavras, Foucault diz que

Esse *a priori* é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro.<sup>252</sup>

É neste sentido que Foucault afirma que Mendel, apesar de dizer a verdade, “não estava ‘no verdadeiro’ do discurso de sua época”, uma vez que “não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos”<sup>253</sup>. Por esta razão, seu trabalho sobre hereditariedade sequer pôde ter sido compreendido, se constituindo em algo muito próximo daquilo que no século XX, Thomas Kuhn viria a chamar de *anomalia*<sup>254</sup>. Por isto,

[...] foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse “no verdadeiro” e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um **monstro verdadeiro**, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele; enquanto Schleiden, por exemplo, uns

<sup>251</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>252</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 218.

<sup>253</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 35.

<sup>254</sup> Fazemos referência ao uso do conceito de “anomalia” a título de analogia e não por equivalência, já que o relacionamos a um acontecimento histórico que emerge no interior de um contexto científico diferente daquele em que permitiu a Kuhn formulá-lo. Antes de explicitar sua definição, precisamos retomar um outro conceito do filósofo, sua noção de *paradigma*. Em termos gerais, Kuhn define como paradigma o conjunto das “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Neste caso, os “praticantes de uma ciência” adotam, por norma, modelos e critérios idênticos de justificação ou de invalidação para seus experimentos. Isto significa dizer que, havendo uma discrepância no resultado destas análises, ou seja, uma consequência diferente daquelas já confirmadas pelas práticas científicas universalmente compartilhadas, acontece uma *anomalia*. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. *E-book*. (Prefácio). Fundamentalmente, nossa pretensão aqui é tentar estabelecer uma relação entre a noção de “verdadeiro”, entendido como o campo de positividade do enunciado (sem excluir a possibilidade de que venha a surgir como uma novidade histórica ou constitua novas práticas discursivas) e a de “paradigma”, compreendido como a condição de confirmação da norma científica (sem excluir a possibilidade desta expectativa ser violada ou de se estabelecerem novos modelos normativos). Assim sendo, podemos dizer que a anomalia está para a ciência de Kuhn assim como o acontecimento arqueológico está para o discurso de Foucault.

trinta anos antes, negando, em pleno século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado.<sup>255</sup>

Como percebemos, este “verdadeiro”<sup>256</sup> refere-se ao *a priori* histórico, campo de experiência comum ou compartilhado de uma mesma época que, conforme Foucault, se constitui na condição que permite ao enunciado emergir, em sua forma inicial, como um acontecimento singular no interior de um território de positivities e inaugurar sua própria historicidade. Tal asserção também pode ser perfeitamente aplicada ao saber, na medida em que este é uma prática discursiva.

Isto implica na assunção de que o “saber, em sua positividade, muda de natureza e de forma”<sup>257</sup>, premissa que sustenta a justificação de Foucault<sup>258</sup> quando sugere, em termo epistemológicos, a possibilidade do desaparecimento do homem. Para o francês, não há dúvidas, e seus estudos são filosófica e historicamente contundentes, de que “o homem não passa de uma invenção recente”<sup>259</sup> que só veio a aparecer no fim do século XVIII como condição de possibilidade dos saberes empíricos, quando ele pôde, enfim, se tornar objeto de si a partir de práticas sociais que constituíram, empiricamente, seus modos específicos de ser. Quando o detentor da faculdade de conhecer também se torna o objeto a ser conhecido ou, em outras palavras, quando o sujeito que possui a condição de possibilidade de conhecer, também é o mesmo que se constitui no objeto de sujeição de seu conhecimento. Daí surge a relação intrínseca que aparece em Foucault entre o saber e o poder ou entre o poder e o saber, afinidade que se reforça mutuamente e cuja dinâmica interna é orientada por um complexo mecanismo que, por sua vez, mobiliza um terceiro elemento: a verdade. Produz-se a verdade, dirá Foucault em uma entrevista, publicada no final de 1977:

---

<sup>255</sup> A expressão “monstro verdadeiro”, que Foucault utiliza aqui, também pode ser relacionada com o conceito de “anomalia” e de “paradigma”, abordados anteriormente. Além de reforçar o sentido de discrepância (violação de expectativas), indica que os experimentos que Mendel realizava, eram estranhos ao conhecimento normalizado ou sancionado da época. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 35, grifo nosso.

<sup>256</sup> Foucault ainda afirma que é “sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos. Ibidem, ibidem.

<sup>257</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 346.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 425.

<sup>259</sup> Ibidem, p. XXI.

Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações de verdade/poder, saber/poder que me preocupam.<sup>260</sup>

Talvez por isto, Paul Veyne, muito mais do que uma filosofia do discurso, atribua a Foucault uma filosofia da relação. E, seguindo o mesmo alinhamento do seu amigo filósofo, se bem o compreendemos, também partilha da crença de que a verdade não faz parte de uma totalidade que de maneira progressiva e parcial, seria atingida pela racionalidade de determinadas épocas, cujas respectivas sucessões agiriam de modo a contribuir para que se diminua, cada vez mais, a distância que nos separa deste objetivo ideal.<sup>261</sup>

### 3.2 O CAMPO DO SABER

Percebemos, em *A Arqueologia do Saber*, a mudança de foco no método de análise histórica de Foucault, quando o comparamos à pesquisa que procedeu em *As Palavras e as Coisas*. Na *Arqueologia*, seu interesse não visa mais estudar os saberes empíricos que o permitiram compreender os modos de ser do homem, “na medida em que ele vive, fala e produz”.<sup>262</sup> Agora, sua sondagem se desenvolve pelas superfícies das positivities, alvo de sua análise. O que passa a descrever, a partir de então, é o conjunto das práticas discursivas que tornam possíveis os diferentes tipos de saber. Esta mudança está longe de ser trivial. Ao analisar as positivities, Foucault busca isolar e descrever a prática discursiva de um modo que consiga estabelecer as regras que lhe permitem “formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas”.<sup>263</sup>

---

<sup>260</sup> “Kenryoku to chi” (“Poder e saber”; entrevista com S. Hasumi gravada em Paris, dia 13 de outubro de 1977), *Umi*, dezembro de 1977, p. 240-256. No Brasil em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 224.

<sup>261</sup> VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 258.

<sup>262</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 485.

<sup>263</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 218.

Em outras palavras, o que o filósofo pretende analisar são os elementos do discurso e suas regras de formação. Não sem antes advertir que,

Os elementos assim formados não constituem uma ciência, com uma estrutura de idealidade definida; seu sistema de relações é, certamente, menos estrito; mas não são, tampouco, conhecimentos acumulados uns ao lado dos outros, vindos de experiências, de tradições ou de descobertas heterogêneas e ligados somente pela identidade do sujeito que os detém. Eles são a base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias. **Formam o antecedente do que se revelará e funcionará com um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado.**<sup>264</sup>

Com essa argumentação Foucault busca neutralizar o antropologismo da sua análise. Isto também se evidencia na medida em que ele opta por explorar as regularidades discursivas (as relações entre os elementos do discurso e suas regras de formação), a partir das positivities que definem o *a priori histórico* e que constituem as condições de possibilidade da própria prática discursiva. Notadamente, um método baseado em modelos empíricos. Ao proceder deste modo, dispensa uma clivagem inicial de nível epistemológico e funda a abertura para introduzir sua concepção de saber:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, **pode-se chamar saber.**<sup>265</sup>

Esta é a noção de saber que encontramos em Foucault. De maneira geral, podemos dizer que um saber é tudo “aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva”.<sup>266</sup> Em termos foucaultianos, dizemos que nem todo o saber deve ou pode se constituir em uma ciência, entretanto, uma ciência não prescinde de um saber para constituí-la. Por isto, no liame que fixa as relações entre os elementos de um saber, embora não esteja presente ou não se exija o mesmo rigor que se impõe no âmbito

---

<sup>264</sup> Ibidem, p. 218-219, grifo nosso.

<sup>265</sup> Ibidem, p. 219, grifo nosso.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 219.

científico, ainda assim, há de serem contempladas certas condições que o permitam ser especificado pela análise arqueológica. Isto posto, deve-se ter presente que um saber, enquanto prática discursiva, necessita abarcar

[...] o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (o saber da psiquiatria, no século XIX não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da história natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas).<sup>267</sup>

Esperamos consolidar, desta maneira, o entendimento de que, para Foucault, há uma relação necessária entre uma prática discursiva e um saber, que rigorosamente, não é da mesma ordem que se estabelece entre um saber e o tipo de conhecimento que constitui uma ciência. Por certo, “há saberes que são independentes das ciências [...], mas não pode haver saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”.<sup>268</sup> Em uma palavra, parafraseando o filósofo francês, não há saber sem uma prática discursiva definida. Esta descrição é extremamente relevante. A partir dela, Foucault aprofunda as diferenças entre os métodos de análise histórica que antagoniza em *A Arqueologia do Saber*. Ao reforçar a oposição entre os dois tipos de análise, expõe os princípios de ordem metodológica que identificam e apartam, a história das ideias e sua arqueologia. Como observação de fundo, Foucault apresenta

---

<sup>267</sup> Ibidem, p. 219-220.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 220.

“pontos de equilíbrio”<sup>269</sup> distintos que determinam o modo de proceder das duas análises.

Sobre a história das ideias, argumenta que o corpo procedimental que baliza este tipo de pesquisa parte do “eixo consciência-conhecimento-ciência e encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no elemento do conhecimento”.<sup>270</sup> Por sua vez, ao se referir à arqueologia, postula que seu método de investigação descritiva se dá sobre o “eixo prática discursiva-saber-ciência e encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber”.<sup>271</sup> Assim, se no primeiro caso, a subjetividade é o centro da coerência teórica do método, no segundo, o sujeito encontra-se deslocado para uma posição lateral, submetido às regras de formação que lhe são exteriores e independentes. Por consequência, na arqueologia não há abertura para se reivindicar qualquer centralidade do sujeito na análise das práticas discursivas, seja em um nível transcendental seja no nível de uma subjetividade empírica.<sup>272</sup> O que está no centro da descrição arqueológica de Foucault é o próprio discurso e suas regras de formação.

Ao definir as fronteiras que separam a arqueologia e a histórias das ideias, as práticas discursivas e a ciência, Foucault demarca, de modo muito preciso, o campo de sua exploração. Cria, desta maneira, a possibilidade para descrever e diferenciar os “domínios científicos”<sup>273</sup> e os “territórios arqueológicos”<sup>274</sup>, este último, a região de seu interesse histórico-filosófico. No primeiro caso, aduz que os elementos abarcados pela ciência compartilham de uma mesma sistematicidade, critério que garante que suas “proposições obedeçam a certas leis de construção”.<sup>275</sup> Por isto, as “afirmações que tivessem o mesmo sentido, que dissessem a mesma coisa, que fossem tão verdadeiras quanto elas, mas que não se prendessem à mesma sistematicidade seriam excluídas deste domínio”<sup>276</sup>. Fica evidente a forte submissão da verdade científica à questão metodológica que ordena o discurso da ciência. Em

---

<sup>269</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>272</sup> Ibidem, p. 220.

<sup>273</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>275</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>276</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 221.

contrapartida, “os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos”<sup>277</sup>.

Para exemplificar, vejamos os três princípios ou diretrizes que ficaram bastante conhecidos, a partir da década de 1950, como as Leis da Robótica, de Isaac Asimov:

1. Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal.
2. Um robô deve obedecer as ordens que lhe sejam dadas por seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens entrem em conflito com a Primeira Lei.
3. Um robô deve proteger sua própria existência, desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira e a Segunda Lei.<sup>278</sup>

Este curioso, e não menos interessante, conjunto de enunciados parece validar a ideia de Foucault sobre o fato de o saber, a rigor, não estar condicionado aos mesmos critérios de verificabilidade exigidos às ciências. E, sendo este o caso, pode ser facilmente encontrado em “ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas”, pela simples razão de não estar contido somente naquilo que pode ser demonstrado.<sup>279</sup>

Não obstante, conforme nos mostra a análise do filósofo, as ciências, necessariamente, “aparecem no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo”<sup>280</sup>, o que sugere outras questões, especialmente sobre a real possibilidade de se descrever o ponto exato de diferenciação entre ambos, particularmente, pelo grau de complexidade que envolve a emergência das formações discursivas. Voltemos ao exemplo de Asimov. Apesar do escritor ter elaborado suas “leis” em uma obra ficcional, não parece que estas passaram despercebidas pelos cientistas da época ou que, pelo menos, não tenham causado algum tipo de influência na pesquisa relacionada à área afim. Também não parece plausível negar o quanto as ideias do escritor fomentaram (e ainda fomentam) acalorados debates para a criação e/ou desenvolvimento de um código moral para aquilo que, atualmente,

---

<sup>277</sup> Ibidem, p. 221.

<sup>278</sup> ASIMOV, Isaac. **Eu, robô**. Tradução: Luiz Horácio da Matta. 10. ed. Rio de Janeiro: Expansão Editorial, 1978. p. 7.

<sup>279</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 221.

<sup>280</sup> Ibidem, p. 222.

chamamos de Inteligência Artificial. Mas, este tipo de observação, ainda que intuitivamente pareça evidente, requer precauções quando se quer aplicar o método foucaultiano.

Como bem adverte Foucault, ainda que algum saber possa antecipar algo que venha a se constituir em uma verdade futura, sua análise, em termos arqueológicos, deve concentrar-se na condição histórica em que se deu sua emergência discursiva, bem como, explorar as relações que se possa fazer com o domínio científico do qual ela é contemporânea. A questão que imediatamente se coloca é, como então podemos determinar quando um saber se transforma em um conhecimento científico ou como se dá o processo de migração de um campo para o outro. Foucault não está preocupado com o movimento inverso, ou seja, com a análise histórica daqueles saberes que surgem com a pretensão de cientificidade e que não efetivaram sua promessa de conhecimento, ou ainda, com o estudo dos conhecimentos que entraram em defasagem, total ou parcial, ao se tornarem incompatíveis com os novos discursos científicos. Não. Este é o objeto de estudo da história das ciências ou da epistemologia histórica, não da arqueologia.

Apesar de todo esforço argumentativo do filósofo, fica claro que há uma certa dificuldade em aplicar-se a proposição de Foucault de modo irrestrito. E isto, ele mesmo faz questão de destacar quando suscita duas questões relevantes. A primeira, quando se indaga sobre “que local e papel pode ter uma região de cientificidade no território arqueológico em que se delineaia?”<sup>281</sup> A segunda, quando se questiona sobre quais “ordens e que processos se dá a emergência de uma região de cientificidade em uma formação discursiva determinada?”<sup>282</sup>. Com uma honestidade intelectual *sui generis*, Foucault não se esquiva destes questionamentos e admite que não pode dar conta das respostas, pelo menos não de modo definitivo. Ainda assim, não se recusa a buscar uma alternativa que permita que se analisem os principais aspectos que envolvem tal problematização.

---

<sup>281</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>282</sup> Ibidem, ibidem.

### 3.3 DISCURSO, SABER, CIÊNCIA E VERDADE

Agora que já foram explicitadas as diferenças de fundamento teórico entre os dois métodos de análise histórica (história das ideias e arqueologia); que foram delimitados os campos de pesquisa de cada um (domínios de cientificidade e territórios arqueológicos); e, uma vez definidos os objetos de investigação com o qual se ocupam (conhecimento e saber), abre-se o espaço para analisar os dois problemas que Foucault suscitou em sua pesquisa. Inicialmente, destacamos que o filósofo assume que a ciência tem uma localização e um papel muito específico no campo do saber. Para Foucault, este papel não é fixo, pois não está livre de variar “conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações”.<sup>283</sup> Isto explicaria, por exemplo, por que na época clássica aquilo que se aceitava como

[...] conhecimento médico das doenças da mente ocupava, no saber da loucura, um lugar muito limitado: não era mais que uma de suas superfícies de afloramento entre muitas outras (jurisprudência, casuística, regulamentação policial etc.); em compensação, as análises psicopatológicas do século XIX, que também passavam por conhecimento científico das doenças mentais, desempenharam um papel muito diferente e bem mais importante no saber da loucura (papel de modelo e de instância de decisão). Do mesmo modo, o discurso científico (ou supostamente científico) não garante a mesma função no saber econômico do século XVII e no do século XIX.<sup>284</sup>

Por isso, a ciência, ou como sugere o filósofo francês, aquilo que postula tal *status*, revela-se como um tipo de conhecimento muito específico e delimitado, que ocupa uma posição singular no território arqueológico. Este, por sua vez, se desdobra em um solo amplo e aberto que acomoda todas as práticas discursivas, independentemente do valor epistemológico que possam, ou não, virem a alcançar. Razão pela qual, a explicação que Foucault oferece assume um papel importante para a compreensão do funcionamento de seu método. Principalmente, na medida em que expõe a maneira como ele efetiva a distinção entre os elementos ciência/saber e como ambos se articulam internamente nesta relação.

---

<sup>283</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>284</sup> Ibidem, ibidem.

Encontra-se uma relação específica entre ciência e saber em toda formação discursiva; a análise arqueológica, ao invés de definir entre eles uma relação de exclusão ou de subtração (buscando a parte do saber que se furta e resiste ainda à ciência, e a parte da ciência que ainda está comprometida pela vizinhança e influência do saber), deve mostrar, positivamente, como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber.<sup>285</sup>

É neste espaço marcado por uma dinamicidade própria, situado entre as bordas em que se entrecruzam e se definem a ciência e o saber, e, especialmente, sob a influência do modo de funcionamento do discurso científico neste conjunto mais amplo de práticas discursivas, que Foucault identifica como a condição que permite que se constituam “as relações da ideologia com as ciências”<sup>286</sup>. Para ele, a influência que a ideologia pode exercer sobre o discurso científico e “o funcionamento ideológico das ciências [...] articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber”<sup>287</sup>. Neste caso, compreende-se, de acordo o raciocínio do filósofo, que a ideologia corresponde a um tipo específico de prática discursiva que opera, funciona e se articula entre outras práticas. Vejamos o que diz Foucault:

Pode-se dizer *grosso modo*, e passando por cima de qualquer mediação e especificidade, que a economia política tem um papel na sociedade capitalista, que ela serve aos interesses da classe burguesa, que foi feita por ela e para ela, que carrega, enfim, o estigma de suas origens até em seus conceitos e em sua arquitetura lógica; mas qualquer descrição mais precisa das relações entre a estrutura epistemológica da economia e sua função ideológica deverá passar pela análise da formação discursiva que lhe deu lugar e do conjunto dos objetos, conceitos e escolhas teóricas que tiveram de ser elaborados e sistematizados. Deveremos mostrar, então, como a prática discursiva que deu lugar a tal positividade funcionou entre outras práticas que podiam ser de ordem discursiva, mas também de ordem política ou econômica.<sup>288</sup>

Aqui, Foucault novamente facilita a compreensão sobre o funcionamento de sua arqueologia, reforçando o princípio metodológico que impulsiona sua análise: ao invés de dirigir seu olhar para uma prática discursiva a partir de um enquadramento ideológico que anteciparia os elementos de seu próprio discurso e que, portanto,

---

<sup>285</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>286</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>287</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 223-224.

compromete o resultado de sua descrição a partir desse “olhar previamente armado”, posiciona-se de modo que sua visada inventarie somente aquilo que de fato foi feito e que pôde, de alguma maneira, dar suporte à emergência de determinadas práticas discursivas, cuja condição de regularidade de seus elementos torna-se o critério que permite definir a unidade do discurso. No caso em particular, sobre o papel que a economia política exerce na sociedade capitalista, seu campo de investigação também contempla práticas extra discursivas. Em uma palavra, podemos dizer que Foucault não parte de uma teoria (ideologia) para explicar os acontecimentos discursivos, ao contrário, busca identificar nos próprios acontecimentos discursivos as condições que possam justificar sua possibilidade histórica, exatamente a partir do contexto em que tal conjunto de enunciados puderam emergir no território arqueológico. Sua análise crítica<sup>289</sup>, além de filosófica, é de cunho histórico e sociológico, se assim podemos dizer, e não ideológica ou dogmática.

Em resumo, quando Foucault se interroga sobre como uma formação discursiva pode se transformar em um conjunto individualizado de saber no interior de um “sistema de simultaneidade”<sup>290</sup>, entendemos que deseja analisar como se dá a transposição destas práticas discursivas para um outro campo do saber e, mais especificamente, como um tipo de saber pode ser isolado em um domínio de cientificidade no interior de um conjunto de práticas discursivas, que se influenciam reciprocamente, sem cessar de se transformar. A partir desta problematização, o filósofo consegue formular e estabelecer critérios de diferenciação que se baseiam nos níveis de organização interna de cada de prática discursiva, já individualizada em sua positividade material. A estes níveis de transposição, que conferem o caráter de mobilidade e de transitoriedade dos saberes, Foucault denomina de *limiar*.<sup>291</sup>

De início, o que há, para Foucault, é um “limiar de positividade”<sup>292</sup>. A expressão é usada para referir-se ao momento em que a prática discursiva pode ser isolada e descrita em sua singularidade autônoma no território arqueológico. Se caracteriza por dispor de “um único e mesmo sistema de formação de seus

---

<sup>289</sup> Foucault faz questão de mencionar, em vários textos ou entrevistas, que sua filosofia é tributária da tradição crítica de Kant.

<sup>290</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XX.

<sup>291</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 224.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 224.

enunciados, ou ainda, pelo momento em que esse sistema se transforma”<sup>293</sup>. O momento imediatamente subsequente, é o que filósofo qualifica de “limiar de epistemologização”<sup>294</sup>. Este é o sinal que indica haver no interior de uma formação discursiva um certo número de enunciados que se sobrepõem aos outros, com a pretensão de “fazer valer normas de verificação e de coerência”<sup>295</sup>. Conseqüentemente, quando se torna possível, a partir desse limiar, identificar-se no discurso o contorno daquilo que Foucault intitula de “uma figura epistemológica”<sup>296</sup>, ou seja, quando é possível verificar que os seus enunciados, além de subordinarem-se às “regras arqueológicas de formação”<sup>297</sup>, apresentam também uma relação de conformidade com determinados “critérios formais e certas leis de construção das proposições”<sup>298</sup>, assume-se que esta formação discursiva atingiu um “limiar de cientificidade”<sup>299</sup>. Por último, há a transposição do discurso definida por “limiar da formalização”<sup>300</sup>. Neste ponto em particular, o discurso, agora no domínio da cientificidade, está apto a “definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita”<sup>301</sup>.

Assim, o método de análise crítica de Foucault,

[...] a arqueologia, dirigindo-se ao espaço geral do saber, a suas configurações e ao modo de ser das coisas que aí aparecem, define sistemas de simultaneidade, assim como a série de mutações necessárias e suficientes para circunscrever o limiar de uma positividade nova.<sup>302</sup>

São estes limiares, a forma como os saberes podem ser isolados e distribuídos no tempo, seus modos de sucessão, transposição, substituição, desaparecimento ou imobilidade, que despertam o interesse e são o alvo da descrição de Foucault. É neste espaço delimitado pelos territórios arqueológicos, na abertura do enunciado enquanto

---

<sup>293</sup> Ibidem, p. 224-225.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>295</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>296</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>297</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>298</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>299</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>300</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>301</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>302</sup> FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. XX.

acontecimento e condição de possibilidade da prática discursiva, que o filósofo analisa o discurso. Resta-nos então perguntar: qual seria o propósito filosófico de Foucault ao se dedicar a descrever exaustivamente as práticas discursivas, identificar como se formam os seus objetos, modalidades de enunciação, conceitos e suas estratégias temáticas? Pois, se de fato, sua filosofia é uma filosofia da relação, como sugere Paul Veyne ou se pretende mesmo fazer uma história crítica do pensamento, como o próprio Foucault afirma, que relação ou relações são estas que o filósofo se empenha tanto em problematizar?

Talvez seja possível esboçarmos uma resposta a partir daquilo que o próprio filósofo diz. Particularmente, quando postula que há uma *economia política* da verdade, cuja influência agiria diretamente no modo como nos organizamos, histórica, política e socialmente.

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas").<sup>303</sup>

A ideia em Foucault, de que existe uma economia política da verdade, nos permite identificar, com mais clareza, como se articula a relação entre saber, ciência e a produção da verdade em seu pensamento, pelo menos, em seu aspecto teórico mais geral. Analisando as cinco características segundo as quais o filósofo distingue, historicamente, sua tese, compreendemos que: a) aquilo que assumimos como verdade tem seu ponto de ancoragem no domínio da ciência, mais especificamente, naquilo que circula sob a forma do discurso científico nas (e por meio das) instituições que estão autorizadas a produzi-lo; b) é matéria de interesse e disputa econômica e política; c) seu conteúdo é difundido em larga escala e pressupõe a exigência de um

---

<sup>303</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 52.

amplo consumo; d) sua forma de produção e de transmissão não é livre, pois está subordinada à dispositivos de controle, principalmente naqueles que estão estruturalmente inseridos na ordem econômica ou política vigente; e, por último, e) se constitui no objeto sobre o que politicamente se discute e pelo qual socialmente se luta.

Em resumo, assumindo todas as premissas de Foucault, temos que a verdade pode ser vista como um produto de ampla circulação e de consumo, alvo de disputas políticas e econômicas e objeto que constitui interesses difusos, os quais atravessam também (e principalmente) o domínio científico, o campo moral e a esfera social. Integra, assim, uma importante categoria sobre a qual se pode atribuir um papel fundamental nos modos de estruturação e de organização da nossa sociedade.<sup>304</sup> O que explicaria (ou justificaria) a existência de uma ordem para tutelar a produção da verdade<sup>305</sup> e controlar os meios pelos quais se operam sua seleção, delimitação e circulação. Neste contexto, para Foucault, a “verdade” dever ser compreendida como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados”<sup>306</sup>. Por esta razão, a “verdade” se apresenta para o filósofo como “circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem”<sup>307</sup>. Um “regime da verdade”, diria o filósofo, que já atuaria em algumas das bases históricas que levaram a “formação e desenvolvimento do capitalismo” e que também opera na maioria dos países socialistas.<sup>308</sup> Relembremos as palavras de Foucault:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

---

<sup>304</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>305</sup> Vale lembrar que não há “a verdade” em Foucault, mas um campo de possibilidades que opera como condição para a emergência daquilo que se pode dizer como verdadeiro em uma sociedade historicamente considerada. “[...] por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha”. Ibidem, ibidem.

<sup>306</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>307</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>308</sup> Foucault arguiu que tal regime “não é simplesmente ideológico ou superestrutural” e, embora afirme que tal regime funcione na maioria dos países socialistas, mesmo com algumas variações, exclui a China por não a conhecê-la. Ibidem, ibidem.

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.<sup>309</sup>

Um bom exemplo de como este dispositivo funcionava, em períodos mais remotos, materialmente falando, pode ser encontrado nas práticas legitimadas dos interrogatórios sob tortura ou nos rituais de suplício, na Europa da época clássica.

O corpo do interrogado no suplício constitui o ponto de aplicação do castigo e o lugar de extorsão da verdade. E tal como a presunção é solidariamente um elemento de investigação e um fragmento de culpa, o sofrimento regulado da tortura é, simultaneamente, uma medida para punir e um ato de instrução.<sup>310</sup>

Neste caso, em particular, buscava-se extorquir a verdade do condenado através de um ritual punitivo que servia como meio de execução da justiça, mas que, fundamentalmente, também tinha a função “pedagógica” e política de demonstrar o poder do próprio soberano, materializado na figura emblemática do carrasco/interrogador que agia sob a sombra da tutela do rei. Não é supérfluo dizer que a execução do ato de suplício exigia alguma “ciência” ou, pelo menos, um tipo de saber específico, para não frustrar, com a morte antecipada do interrogado/condenado, o princípio intrínseco que mobiliza a prática da tortura: infligir ao corpo supliciado o grau de sofrimento necessário para obter-se a confissão<sup>311</sup>. Assim, o ritual do suplício ou mesmo o interrogatório sob tortura, funcionavam como um mecanismo político de extorsão da verdade, cuja efetivação era dependente de um certo domínio sobre o conhecimento acerca dos limites do corpo do condenado. Por isso, “sofrimento regulado da tortura”. Mas haverá um momento (menos de um século depois do último suplício) em que o corpo deixará de ser o objeto de aplicação da justiça penal, ou pelo menos, tocar-se-á nele “o mínimo possível, e para nele atingir-se algo que não o próprio corpo. [...]”: se se intervém sobre ele, enclausurando-

---

<sup>309</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>310</sup> Este pequeno texto, por si só, exigiria um longo estudo e debate filosófico, que infelizmente, não poderemos aprofundar aqui. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013. *E-book*. (Capítulo 2 O Espetáculo dos Suplícios).

<sup>311</sup> Foucault também sinaliza que, no caso do interrogatório, a morte, antes da confissão, era admitida como prova de que o ilícito fora praticado pelo acusado.

o obrigando-o a trabalhar, é para privar o indivíduo de uma liberdade vista como um direito e, ao mesmo tempo, como um bem”<sup>312</sup>.

O sofrimento físico e a dor do próprio corpo já não são elementos constitutivos da pena. O castigo deixou de ser uma arte das sensações insuportáveis e tornou-se uma economia de direitos suspensos. [...] Por efeito desta nova moderação, um exército de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os vigilantes, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; pela sua mera presença junto do condenado, cantam à justiça o louvor de que esta necessita: garantem-lhe que o corpo e a dor não são os objetos finais da sua ação punitiva.<sup>313</sup>

A reformulação do discurso jurídico, em meados do século XIX, que alterou a forma da aplicação da justiça penal conduziu, de fato, à adoção de novas práticas punitivas a partir da extinção do suplício, embora não tenham sido absorvidas de maneira simultânea ou homogênea no continente europeu. O nosso ponto de interesse neste dado histórico é evidenciar a possibilidade de materialização efetiva da emergência de enunciados como possibilidade de constituição de outras práticas, que, por sua vez, se tornam responsáveis por instaurar novas regularidades discursivas que terão efeitos de poder e efeitos de verdade sobre (e sob) a forma de organização política, social ou econômica de uma sociedade. E isso aponta para algo extremamente relevante na filosofia de Foucault: a possibilidade de mudança dos e nos discursos que produzem efeitos de verdade. Já se demonstrou que sua arqueologia se ocupa com o que é feito, em vez daquilo que é dito. Por isso, o “arquivo” é a fonte material utilizada por Foucault para buscar, em documentos diversos, os registros que o permitem reunir e comparar, o conjunto de experiências políticas, econômicas e sociais, que irão compor o substrato discursivo (e extra discursivo) da sua análise crítica sobre a realidade de um determinado momento histórico. Afasta com este procedimento, definitivamente, a concepção de que a razão constitui a história e, portanto, os elementos de sua materialidade, como também promove um

---

<sup>312</sup>FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013. *E-book*. (Capítulo 1 O Corpo dos Condenados).

<sup>313</sup> Surgem penas como “a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a interdição de frequentar certos lugares, a deportação”, por exemplo. Penas que embora ainda possam ser vinculadas a algum tipo de “punição” física, estão longe de ser o que se realizava nos rituais de suplício. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013. *E-book*. (Capítulo 1 O Corpo dos Condenados).

descentramento do sujeito “intérprete”, cujo papel principal seria o de revelar, por intermédio da sua faculdade de conhecer, o sentido oculto e as verdades escondidas do mundo.

A arqueologia nos mostra que Foucault se dirige aos modos de subjetivação e às práticas discursivas que constituem historicamente os sujeitos, colocando-se como um importante instrumento de análise crítica do presente. Primeiramente, por presumir que o sujeito é constituído no interior de uma história que não elide seus antagonismos, contingências e limitações, portanto, que não sucumbe à primazia de uma razão soberana ou à ingerência de um sujeito transcendental. Em segundo lugar, porque desloca para as práticas discursivas, na condição de acontecimento ou de regularidade histórica, o fundo de complexidades sobre o qual pode-se explicar o funcionamento de uma realidade que pode ser empiricamente verificada ou descrita. E, finalmente, por evidenciar que tais práticas não atuam de forma desinteressada, posto que são “veículos” de circulação de saberes e da “verdade”, cuja disputa pela sua forma de produção e modos de difusão envolvem, necessariamente, relações de poder e modos de sujeição. Foi dessa maneira que Foucault, ao traçar a genealogia de algumas instituições (asilo, clínica e prisão), pôde compreender os modos de subjetivação que fizeram aparecer o louco, o doente e o delinquente, além de mostrar a conexão que existe entre estes acontecimentos e a emergência dos saberes promovidos pelas ciências humanas, como por exemplo, a psiquiatria, a medicina clínica e a criminologia<sup>314</sup>.

É verdade que, muito antes de Foucault, Nietzsche já dava sinais contundentes de que era possível fazer-se uma “análise histórica da própria formação do sujeito, a análise histórica do nascimento de um certo tipo de saber, sem nunca se admitir a preexistência de um sujeito de conhecimento”<sup>315</sup>. Do mesmo modo, Kant, em 1784, ao responder a famosa questão *O que é o Iluminismo*<sup>316</sup>, torna-se o filósofo que

---

<sup>314</sup> FOUCAULT, Michel. Prison talk: an interview. **Radical Philosophy**, p. 10-15, 1977. Disponível em: [rp16\\_interview\\_foucaultonprisons.pdf](http://rp16.interview_foucaultonprisons.pdf) ([radicalphilosophyarchive.com](http://radicalphilosophyarchive.com)). Acesso em: 4 jan. 2023.

<sup>315</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 13.

<sup>316</sup> “Essa questão foi, sem dúvida, entendida inicialmente como uma interrogação relativamente acessória: através dela, questionava-se a filosofia sobre a forma que ela podia assumir, sobre seu aspecto naquele momento e sobre os efeitos que se devia esperar dela. Mas rapidamente se revelou que a resposta dada tendia a ir bem mais longe. Fazia-se da *Aufklärung* o momento em que a filosofia encontrava a possibilidade de se constituir como a figura determinante de uma época, e em que essa época se tornava a forma de realização dessa filosofia. A filosofia podia ser lida também como sendo apenas a composição dos traços particulares do período em que ela aparecia, sendo dele a figura coerente, sua sistematização e sua forma conceitual; mas, por outro lado, a época aparecia como sendo

inaugura a possibilidade de se problematizar a atualidade. Todavia, o método de Foucault traz à superfície do debate filosófico, com notável singularidade e potência crítica, uma vasta e complexa trama descritiva de experiências um tanto quanto ignoradas pela filosofia moderna, mas que sob a perspectiva arqueológica, adquirem uma certa urgência de compreensão por demandarem um olhar reflexivo sobre a historicidade do *nosso* presente. O grande mérito de Foucault, nos parece, está em alargar a abertura que permite interrogarmos, em termos mais atuais, as condições mesmas do saber contemporâneo, ao mesmo tempo em que torna possível problematizar o regime de verdade que o enlaça, posto que ambos (saber e verdade), reivindicam para si o fundo sobre o qual devemos constituir o modo de se compreender a realidade, além daquilo que podemos pensar sobre nós mesmos, em termos de subjetividade. Sobretudo, porque o pensamento de Foucault denuncia o caráter provisório dos critérios que arbitram a produção de verdade, destituindo-os, radicalmente, da dependência de uma lei universal que lhes outorgaria o caráter de irrevogabilidade ou mesmo de indiferença à análise crítica. Em outras palavras, aprendemos com Foucault que aquilo que assumimos como “a verdade”, ou o que quer que se compreenda como tal, não é algo acabado, fixo, que possa ser aceito da mesma forma em todos os tempos sob quaisquer circunstâncias. Tampouco, que seja proveniente de um mesmo e único lugar, seja de fácil transformação ou dispense, em sua elaboração, algum tipo de disputa ou estratégia de poder. “A verdade”, como pensa Foucault, pode ser melhor compreendida quando ele diferencia dois âmbitos bem específicos (e possíveis) de sua produção (ou formação), no interior dos quais, ela vai operar, de modo bastante peculiar, para cumprir ou atender as exigências próprias de cada instância. Esta possibilidade de compreensão é evidenciada quando examinamos suas duas hipóteses sobre a história da verdade:

Pareceu-me que entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas, ou mais precisamente, as práticas judiciais, estão entre as mais importantes. A hipótese que gostaria de propor é que, no fundo, **há duas histórias da verdade**. A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a

---

apenas a emergência e a manifestação, em seus traços fundamentais, do que era em sua essência a filosofia”. “A vida: a experiência e ciência”, *Revue de métaphysique et de morale*, 90º ano, n.º 1: *Canguilhem*, janeiro-março de 1985, ps. 3-14. No Brasil, publicado em: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 372.

partir de seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas - regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí, fazer uma história externa, exterior, da verdade.<sup>317</sup>

Fica claro, ao considerarmos a segunda hipótese de Foucault, que essa dimensão exterior, esse lado de fora, refere-se a região que escapa aos critérios imperativos que abarcam o domínio científico. Esta é instância que o filósofo escolhe para investigar a emergência de figuras epistemológicas, bem como, as transformações que podem vir a se efetivar nas práticas discursivas e sociais. É daí que o arqueólogo se posiciona, observa e fundamenta, se assim podemos dizer, sua “teoria da verdade”. É a partir deste lugar que ele cria a possibilidade de problematizar a verdade no interior de uma história que lhe é inerente, ao mesmo tempo em que revoga seu caráter de necessidade. É deste local que Foucault nos ensina que é possível historicizar a verdade e interrogá-la sem pressupostos ideológicos, com um método definido, não estranho à reflexão crítica e sem ter, portanto, a pretensão dogmática de ser a única resposta possível aos nossos questionamentos mais urgentes.

Julgamos que as ideias aqui apresentadas podem ser mais bem compreendidas quando as relacionamos com um pequeno texto escrito por Foucault, no início dos anos 1980, cujo conteúdo se propunha a fazer uma sucinta apresentação de seu trabalho, uma espécie de resumo de seu pensamento, dando destaque aos principais temas e hipóteses de seus livros. A bem da verdade, o material compunha uma parte da introdução da primeira versão do volume II da História da Sexualidade (o texto foi assinado com o pseudônimo de Maurice Florence, em referência às iniciais de seu nome)<sup>318</sup>, mas acabou sendo publicado em 1984, no *Dictionnaire des philosophes*<sup>319</sup>, sob o verbete *Foucault*. Através dele, o filósofo consegue descrever, com muita clareza e precisão, o que poderíamos chamar de um

<sup>317</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 11, grifo nosso.

<sup>318</sup> FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V**. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 234-239.

<sup>319</sup> HUISAMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. Tradução: Claudia Berliner *et alii*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 388-391.

breve inventário filosófico de sua obra. Neste conjunto de informações que atribui a si, Foucault, entre outras coisas, vai reafirmar sua preocupação com os modos de subjetivação e de constituição dos objetos do conhecimento, alvo constante de sua análise crítica:

Se por pensamento entendermos o ato que coloca um sujeito e um objeto em suas diversas relações possíveis, uma história crítica do pensamento será uma análise das condições em que são formadas ou modificadas certas relações entre sujeito e objeto, na medida em que estas são constitutivas de um saber possível. A questão é determinar o que deve ser o sujeito, a condição que ele está submetido, que situação deve ter, que posição deve ocupar no real ou no imaginário, para tornar-se sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento[...]; de determinar seu modo de “subjetivação”, pois, evidentemente, esse modo de subjetivação será diferente se o conhecimento de que se tratar tiver a forma de exegese de um texto sagrado, de observação de história natural ou de análise de um doente mental. Mas a questão também é determinar em que condições uma coisa pode tornar-se objeto para um conhecimento possível, de que modo ela pôde ser problematizada como objeto por conhecer, a que procedimento de partição ela pôde ser submetida, que parte sua é considerada pertinente.<sup>320</sup>

Estas são questões centrais para Foucault. Não apenas por estarem fortemente relacionadas, mas, sobretudo, pelo fato dele entender que seu “desenvolvimento mútuo e de seu vínculo recíproco”<sup>321</sup> constituem o fundo sobre o qual pode descrever aquilo que chama de “jogos de verdade”. Com a ressalva que, quando usa expressão *jogos de verdade*, Foucault não está a referir-se “a descoberta das coisas verdadeiras, mas a regras segundo as quais o que um sujeito pode dizer acerca de certas coisas prende-se à questão do verdadeiro e do falso”<sup>322</sup>, e isto é essencial para compreendermos sua teoria da verdade. O que nos impõe afirmar que, para o filósofo, só é possível uma história crítica do pensamento se admitirmos que ela não diz respeito a

[...] uma história das aquisições nem das ocultações da verdade: é a história da emergência dos jogos de verdade, é a história das ‘veridicções’, entendidas como as formas segundo as quais, num domínio de coisas, se articulam discurso passíveis de serem qualificados de verdadeiros ou falsos: quais foram as condições dessa emergência, o

---

<sup>320</sup> Ibidem, p. 389.

<sup>321</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>322</sup> Ibidem, ibidem.

preço que, de certo modo, por ela se pagou, seus efeitos sobre o real e a maneira como – ligando certo tipo de objeto a certas modalidades de sujeito – ela constituiu o *a priori* histórico de uma experiência possível para dado tempo, dada área e dados indivíduos.<sup>323</sup>

Suspeitamos que esta forma de pensar, ou de problematizar a verdade, seja um de seus maiores legados para a filosofia contemporânea. E, diferentemente dos efeitos que possam ter produzido na realidade, aquilo que, na literatura, enuncia sem o saber, *Bartleby*<sup>324</sup>, o gentil e cadavérico escriturário de Melville (que inesperada e educadamente se nega a fazer o ofício para o qual foi contratado), a problematização de Foucault se apresenta filosoficamente mais radical, menos obscura e mais longa, mas nem por isso, se configura num acontecimento menos embaraçoso ou que produza efeitos menos provocativos. Talvez se *Bartleby*, em vez de ter dito “*I would prefer not to*”, tivesse antes se perguntado *Why must I think this way?*, como supomos propor Foucault, seria possível imaginar um outro destino para a pobre alma do escrevente, algo que não fosse aquele triste, solitário e nefasto fim. Infelizmente, *Bartleby* não era filósofo.

---

<sup>323</sup> HUISAMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. Tradução: Claudia Berliner *et alii*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 389.

<sup>324</sup> *Bartleby*, o personagem central do livro de Melville, publicado em 1853, se apresenta como um obscuro escriturário “*with his cadaverously gentlemanly nonchalance*”, que trabalha em um escritório em *Wall Street*. De maneira repentina, rompe com a ordem vigente e nega-se, muito educadamente, a cumprir as tarefas que lhe são designadas. Quando indagado, não diz por que age assim, apenas que prefere não fazer aquilo que lhe é solicitado ou que não acha razoável realizar o que lhe é demandado. A partir de uma longa e constrangedora sequência de negativas, percebe-se que é impossível demovê-lo de sua “vontade de não fazer”. Assim, é abandonado por seu empregador em seu próprio local de trabalho e passa a ser considerado como louco pelos novos inquilinos do escritório, até ser, finalmente, preso. Na prisão, se recusa a comer e acaba morrendo, aparentemente, de inanição, apesar dos esforços do seu último empregador (talvez o único a demonstrar por ele um certo grau de compaixão e empatia). É este empregador o “arquivo” de *Bartleby*, o personagem que narra sua curta, solitária e ingênua prática de resistência. MELVILLE, Herman. **Bartleby the scrivener: a story of wall-street**. HarperCollins Publishers, 2009. *E-book*.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procuramos definir com o máximo de precisão o estatuto da verdade na arqueologia de Foucault. De modo complementar, especificamos a relação intrínseca que o filósofo estabelece entre a produção da verdade, o poder e a formação do saber. Para alcançar nosso propósito, dividimos os capítulos por eixos temáticos, contemplando em cada um deles, os principais conceitos e ideias do filósofo que mobilizaram a formulação de nosso problema de pesquisa. Deste modo, no primeiro capítulo discorremos sobre a estrutura do discurso e o domínio discursivo; no segundo, descrevemos seu método arqueológico; e, no terceiro e último capítulo, analisamos a possibilidade histórica das práticas discursivas, relacionando-as com a formação do saber e com a própria produção da verdade.

Assim, partindo da leitura de *A Arqueologia do Saber*, no primeiro capítulo, analisamos a estrutura do discurso foucaultiano, de modo a compreendê-lo como o resultado de uma prática social historicamente situada que emerge em fundo de relações entre enunciados. Neste contexto, identificamos que os enunciados representam a menor fração perceptível do discurso e que não compartilham, de modo equivalente, das mesmas regras que estruturam a linguística ou mesmo a lógica formal. Vimos também, que é somente pela individualização dos enunciados que podemos analisar os elementos que constituem o discurso. Deste modo, pudemos descrever os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as estratégias temáticas que o integram e lhe conferem o *status* de unidade.

No capítulo subsequente, fizemos uma rápida contextualização histórico-temática da obra de Foucault, com vistas a demarcar o período em que foram escritas as fontes primárias mais expressivas de nossa pesquisa. Isto nos permitiu identificar o momento em que o filósofo passa a fazer uso de seu método arqueológico. Procuramos, então, situar o “ambiente filosófico” a que Foucault estava exposto durante sua “fase arqueológica”. Através deste movimento, estabelecemos a relação entre as críticas que faz à história das ideias e sua arqueologia, aqui entendida como um método alternativo de análise histórica, mais adequado e coerente com a história geral que o filósofo propõe. Com esta abordagem, reforçamos a identidade crítica do método arqueológico e sua função enquanto instrumento de análise histórica que se

contrapõe ao método de análise histórica tradicional (notadamente, em oposição à prática usual dos historiadores de suprimir ou negligenciar as *rupturas*, os cortes e as *dispersões*). Nesse alinhamento, expusemos que a arqueologia, indo de encontro à ideia de que a história seja constituída de forma linear ou de que tenha mesmo uma unidade (conforme postula a história tradicional), se coloca como um método totalmente estranho à qualquer tipo de análise que a configure (a história) como um resultado da operação efetiva de uma subjetividade fundante (que dá a si mesma o seu próprio conteúdo), ou como uma derivação de natureza teleológica (que se mobilizaria de forma constante em direção a uma determinada concepção de progresso). Na sequência, e ainda sob a perspectiva que nos é apresentada em *A Arqueologia do Saber*, demonstramos algumas variações no uso desse método em outros livros de Foucault: *História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica* e em *As Palavras e as Coisas*.

Dedicamos o último capítulo para o desenvolvimento da exposição argumentativa que responde o nosso problema de pesquisa. Para tanto, definimos, preliminarmente, o conceito de *a priori* histórico. Isto nos permitiu identificá-lo como a condição de emergência do enunciado, seja em sua possibilidade histórica de *acontecimento*, seja na sua forma de regularidade discursiva. Ato contínuo, descrevemos o saber foucaultiano e delimitamos a região visada pelo seu olhar arqueológico. Nesta articulação, procuramos destacar o papel que a prática discursiva representa na formação do saber e a importância que a arqueologia adquire enquanto procedimento que permite historicizar a “verdade”, definida por Foucault como um conjunto de procedimentos (que são regulados para a produção, normatização, seleção e repartição dos enunciados) que permitem em dado momento histórico, que sejam pronunciados aqueles enunciados que serão considerados verdadeiros. Por consequência, tentamos evidenciar a função que o estatuto da verdade desempenha no interior do discurso foucaultiano, levando-se em consideração sua imbricação com o poder e com o saber. Finalmente, analisamos aquilo que Foucault entende por jogos de verdade e a possibilidade de, a partir de sua filosofia, se fazer uma história crítica do pensamento, portanto, sem ideologia ou qualquer tipo de antropologismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda., 2015.

CANGUILHEM, Georges. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Tradução: Fábio Ferreira de Almeida. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. *E-book*. (A ilusão antropológica).

DOSSE, François. **História do Estruturalismo, v. 1: o campo do signo, 1945-1966**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de: Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos I**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV**. Estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V**. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VII**. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos X**. Filosofia, diagnóstico do presente e verdade. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de: Abner Chiquiere. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto, Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2020. *E-book*.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel et. al. **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução: Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. Prison talk: an interview. **Radical Philosophy**, p. 10-15, 1977. Disponível em: [rp16\\_interview\\_foucaultonprisons.pdf \(radicalphilosophyarchive.com\)](http://rp16_interview_foucaultonprisons.pdf(radicalphilosophyarchive.com)). Acesso em: 4 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel; RABINOW, Paul. **The Foucault reader**: an introduction to Foucault's thought, with major new unpublished material. New York: Pantheon, Books, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2013. *E-book*.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. *E-book*.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007. *E-book*.

MADARASZ, Norman. Foucault: arqueólogo estrutural. *In*: MADARASZ, Norman et al. **Leituras acontecimentais**. Porto Alegre, RS: Editora: Fi, 2016. Disponível em: <https://www.editorafi.org/053norman>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MADARASZ, Norman. **Obstruções à justiça**: dívida, sexo, pós-punk e outros *small data* na filosofia contemporânea. Porto Alegre, RS: Editora: Fi, 2017. Disponível em: <https://www.editorafi.org/216norman>. Acesso em: 29 out. 2022.

MUCHAIL, Salma Tannus, **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Loyola, 2004.

PORTOCARRERO, Vera. **As ciências da vida**: de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

WEIZANMANN, Mateus. **Foucault**: sujeito, poder e saber. Pelotas: NEPFil online, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nepfil/files/2019/02/2-foucault-sujeito-poder-e-saber.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)